

CARTA AOS HEBREUS – 13 LIÇÕES

PRIMEIRA LIÇÃO.

IMPORTÂNCIA DA CARTA AOS HEBREUS.

Os objetivos.

a- **Doutrinar seus pares.** A mensagem aos cristãos hebreus não tem, rigorosamente falando, o estilo de carta como, por exemplo, as epístolas paulinas. A preocupação do autor é mais com a doutrinação dos crentes do que com a comunicação epistolar específica, de caráter informativo ou noticioso.

b- **Mostrar a grandeza de Cristo.** Para o autor, Cristo é o objeto, o alvo, o centro e o agente da revelação. Portanto, ele está presente criadora, salvadora e construtivamente em toda a história da revelação: Antigo e Novo Testamentos. A Bíblia, na sua visão, é cristocêntrica. O Velho Testamento fala de Cristo (o Messias), sentindo a sua presença prospectiva. O Novo mostra o Cristo revelado, encarnado e interagido com a humanidade, expondo a mensagem messiânica e executando a redenção. Cristo é o eterno Sumo Sacerdote, o veículo da criação, o sustentáculo da providência, o mediador da graça, o autor e consumidor da fé, mas também o cordeiro vicário, o sacrifício redentor em favor de todos os eleitos.

O Messias, na visão de Hebreus, é superior a Abraão, a Melquisedeque, a Moisés e aos anjos.

c- **Bipolaridade doutrinária.**

Ao longo do curso, verificaremos que o autor bicentraliza sua mensagem em dois pólos fundamentais:

Primeiro: Cristo, o mentor do pacto, é a realização final dos propósitos redentores do Pai. O que ele fez é irretocável, inacrescentável e definitivo: tudo está consumado.

Segundo: A revelação aconteceu em dois momentos: um antevísio e preparatório; outro conclusivo e consumidor. Em ambos, o Filho de Deus foi o agente, de modo que não há revelação nem redenção sem Cristo. Ele é o centro da comunhão eterna dos eleitos de Deus, o revelador do Pai, a encarnação da misericórdia divina em benefício dos eleitos; mas, por outro lado, o juiz supremo de todos os réprobos. A palavra de Cristo é de salvação para os escolhidos e de juízo para os reprovados. Em ambos os casos ela é eficaz.

d- **Unidade pactual.** Há um só pacto ou testamento: o da graça, embora com duas administrações, segundo os propósitos de Deus. Os testamentos,

portanto, são igualmente válidos, pois são a vontade revelada de Deus. O Velho Testamento não é mero antecessor do Novo, mas o ancestral, o seu genitor. Um não subsiste sem o outro. O Velho aponta para o Novo e o ilumina; o Novo firma-se no Velho e se deixa iluminar por ele. Não se pode entender o Novo Testamento sem o correto entendimento do Antigo, pois ambos se interligam e se complementam. Este diálogo interativo entre os testamentos você vai compreender, estudando a Carta aos Hebreus. Para o seu autor, o velho pacto é antecedente, realizado no primeiro estágio da revelação; o novo, é conseqüente, efetivado no segundo estágio por meio da pessoa do Cristo encarnado, síntese da lei e dos sacrifícios.

e- **Sacerdócio único de Cristo.** As figuras sacerdotais do Velho Testamento prefiguravam e tipificavam o Sumo Sacerdote que haveria de vir na pessoa do Messias, Jesus Cristo.

ORIGEM DE HEBREUS.

TESTEMUNHO INTERNO DE SUA INSPIRAÇÃO.

Não se sabe quem é o autor da Carta aos Hebreus, mas o valor dela não está na dignidade ou proeminência de seu autor, mas na inspiração divina, comunicada por Deus e reconhecida pela Igreja, corpo místico de Cristo. A sua inspiração é indiscutível pelo que ela tem feito nas almas de milhões de leitores, pela sua fidelidade às Escrituras do Velho Testamento, e por seu cristocentrismo. Nenhum documento neotestamentário se iguala a Hebreus no estabelecimento do nexa entre o Velho e o Novo Testamento no que concerne à cristocentricidade, especialmente no campo expiatório.

TESTEMUNHO HISTÓRICO DE SUA ANTIGUIDADE.

Clemente de Roma, cerca de 95 d. C., em sua Primeira Epístola aos Coríntios, dela cita os seguintes textos: 3.2 e 11. 37 (cf- 1ª Co./ Clemente, 17.1,5)¹. A Carta aos Hebreus já era conhecido em Alexandria, África, Itália e parte da Europa, antes do final do segundo século, como sendo de autoria paulina ou registro de suas idéias por algum amanuense ou alguém que lhe reproduziu os pensamentos. As Igrejas orientais de cultura grega, influenciadas por Clemente e Orígenes, aceitaram a Carta aos Hebreus como escritura canônica, já no III século. Nas igrejas ocidentais ela era aceita como inspirada, mas de autoria desconhecida. A não atribuição de autoria a um apóstolo, na opinião dos crentes primitivos do ocidente, retirava-lhe o peso apostólico, dificultando sua canonização. Talvez tenha sido esta a razão pela qual não foi incluída na primeira coleção dos escritos sagrados do Novo Testamento, o Código Muratoriano (final do II Séc.).

¹ - Comentário Beacon, vol. 10, pág. 21.

Constatado o fato de que não procedia de Paulo, em virtude do estilo completamente diferente, da linguagem e da maneira pela qual abordava as questões cristológicas centralizadas no sacerdócio de Cristo, sua autoria foi atribuída a vários autores como Barnabé, Filipe, Áquila e Apolo. Lutero entendeu que seu autor foi Apolo. Calvino pensava que poderia ter sido Lucas ou Clemente.

O que importa à Igreja é a sua inspiração divina e conseqüente canonicidade, não a autoria humana. O ocultamento da autoria certamente aconteceu por orientação de Deus, o autor indireto da obra por inspiração. Sem a Carta aos Hebreus, o elo entre o Velho e o Novo Testamento ficaria sem clara e indiscutível evidência; ninguém faz melhor do que ela a conexão entre os tipos vetotestamentários e seus cumprimentos ou realizações neotestamentárias.

A QUEM FOI DESTINADA?

Alguns estudiosos entendem que a Carta aos Hebreus foi destinada aos crentes judeus da Palestina; outros sustentam que foi dirigida aos crentes judeus de Roma. Há os que defendem a tese de que ela foi endereçada aos crentes gentios, que precisavam ser bem instruídos quanto a ligação de Cristo com o sacerdócio vetotestamentário.

Hoje, entendemos que a mensagem de hebreus é para o Novo Israel, que inclui judeus e gentios, mesmo que seu propósito tenha sido, originalmente, doutrinar o cristãos judeus. Aliás, a posição assumida por seu autor de que os fatos, eventos e cerimônias de Israel representam apenas “símbolos” do que se realizaria em Cristo e por ele não encontra aceitação no judaísmo.

No entendimento do autor destas lições. o escritor de Hebreus, um cristão erudito, pretendeu mostrar à Igreja recém-nascida que Jesus Cristo não surgiu na história abruptamente, mudando radicalmente os propósitos redentores do Criador, mas procedeu dos eternos planos de Deus, sendo preanunciado ao longo da história da redenção como o alvo a ser atingido e os planos remidores a serem consumados. De modo que sua mensagem não se restringia nem se restringe a uma facção específica do cristianismo: os cristãos judeus. Eles, na verdade, não compreenderam melhor o messianismo que os gentios, pois a revelação não se efetiva por informação e formação religiosa sem a iluminação do Espírito Santo. Quem não é iluminado pelo Espírito não entende as coisas e os fatos espirituais.

A DATA.

A opinião mais corrente nos meios reformados ortodoxos é que Hebreus tenha sido escrita antes da queda do Templo (70 d.C.), pois o autor pressupõe todos os sacrifícios judaicos em pleno funcionamento. Uma data próxima ao fim do culto judaico (60 a 67 d. C.) é a mais

provável. Em 67 começou a revolução judaica (durante o governo de Gessius Florus) contra a dominação romana, que culminou com a queda de Jerusalém em 70, sob o comando do General Tito.

Os teólogos liberais preferem datar a carta no período de 80 a 90, mas sem boa fundamentação histórica.

O que se conclui é que a Carta aos Hebreus veio à tona antes do término do primeiro século, em pleno período apostólico, sendo seu autor um competentíssimo teólogo bíblico.

OBJETIVO DA CARTA

Crê-se que o objetivo do autor foi advertir os crentes judaicos para que não retornassem ao judaísmo, nem fizessem do cristianismo uma seita judaica, nem procurassem transformar os convertidos gentios em prosélitos do judaísmo cristão. Para isto, o autor procura demonstrar a extraordinária superioridade do cristianismo sobre o judaísmo; Cristo foi superior a Moisés; a nova mensagem, melhor que a antiga; o sacrifício do Cordeiro de Deus tornou inúteis os antigos sacrifícios, pois foi perfeito, definitivo, eficiente e suficiente. Quem já contempla e goza o real não pode iludir-se com o simbólico; quem tem o tipificado, já não precisa do tipo ou antítipo.

Certamente o autor conhecia bem o pensamento filosófico de seu tempo que, com grande probabilidade, influenciava os crentes helenistas de Alexandria, pois ele deixa transparecer a idéia de imagens arquetípicas, originárias de tudo que existe no mundo físico ou fenomenal: este mundo não é de causas, mas de efeitos; as causas estão fora dele em algum lugar no além. Igualmente, o judaísmo era apenas sombra ou imagem do real, projeção do eterno. Cristo é a realidade prefigurada nos símbolos ou tipos do Velho Testamento, que não passavam de “imagens” do real que estava na céu, e que se encarnou entre nós na pessoa do Verbo de Deus (Cf Hb 9.24; 10.1). O verdadeiro e perfeito tabernáculo é o celeste; o terrestre foi apenas figura dele; e como figura, teve falhas e foi transitório.

ABORDAGEM.

Não focalizamos versículo por versículo de cada capítulo, mas procuramos, dentro do limitado espaço de que dispomos, suscitar reflexão sobre os temas que julgamos importantes, embora de maneira resumida, esquemática e seletiva. Evitamos rebuscamentos exegéticos e refinamentos teológicos. Os alunos que se interessarem pela Carta aos Hebreus poderão consultar comentários mais completos e bem mais aprofundados.

Cada capítulo é uma lição, não na ordem dos versículos, mas dos temas, que julguei mais importantes e que receberam, na minha avaliação, mais atenção do escritor da Carta aos Hebreus.

Espero que assimilem o conteúdo das lições e pratiquem o assimilado.

Questionário.

- 1- Qual a sua opinião sobre o estudo da Carta aos Hebreus?
- 2- Se acha importante estudá-la, descreva os motivos de sua opinião?
- 3- O autor humano da Carta aos Hebreus é desconhecido, isto faz alguma diferença para você? Explícite sua resposta.

SEGUNDA LIÇÃO.

A PESSOA DE CRISTO – Hb 1.

a- A autoridade do Filho.

Deus, na ordem trina, constituiu o Filho herdeiro de todas as coisas - as visíveis, as invisíveis, as materiais e as espirituais – A Segunda Pessoa da Trindade é o agente divino da criação, da providência e da redenção (v. 2). Por outro lado, conforme delegação eterna de Deus, o Filho tornou-se o herdeiro de toda a ordem criada, especialmente a humanidade, da qual pode dispor segundo os seus propósitos. Desta maneira, nada aconteceu e acontece no macro e no microcosmo à margem da vontade do Herdeiro eterno. Sob a autoridade dele estão todos os sistemas estelares, incluindo nosso sistema solar e, particularmente, a terra. O que chamamos de catástrofes, para o Rei do universo são atos providenciais diretos, efetuados ou consentidos, ainda que sejam fenômenos naturais, perfeitamente enquadrados na ordem por ele preestabelecida. Todos os atos humanos ou são ordenados ou são permitidos por nosso Senhor.

Dentro da história da humanidade Deus inseriu a história particular de seu povo, onde militam seus escolhidos, pessoas completamente diferenciadas por terem uma ética bíblica, serem de natureza espiritual e pertencerem exclusivamente a Cristo, a quem reverenciam como Senhor e Rei, e sob cujos cuidados estão.

b- Filho, Mediador da Criação (v. 2 in fine).

Todas as coisas foram criadas por Deus pela instrumentalidade do Filho Cf Jo 1.3; Ef 1.10,11). Portanto, Cristo não é uma “criatura” de Deus, mas o “Criador” da ordem criada, incluindo o ser humano. A encarnação nos mostra que o Criador fez-se criatura. Cristo, pois, não é o “homem-Deus”, mas o “Deus-homem”, aquele que, segundo os propósitos da divina Trindade, tornou-se humano para elevar a humanidade caída e salvar os eleitos. Na cruz, Pilatos mandou escrever: *Rei dos Judeus*. Na verdade, ali estava entronizado, no trono do sacrifício, o Rei do universo, da humanidade e, principal e especialmente, o Rei dos eleitos, componentes da

Igreja militante e triunfante. Cristo é mais e maior do que se pode imaginar. O Homem do Salmo 8 preconiza com exatidão o Messias divino-humano.

c- **O Filho é Deus**

Cristo colocou a divindade diante de nossos olhos com todo o seu esplendor, pois é a expressão exata de ser divino, mas em forma humana real (v. 3 capite cf Jo 1.1, 14, 18; Cl 2.9 ; Fp 2.6-11; I Jo 5.20); e isto de maneira tão verdadeira que aquele que vê o Filho, vê o Pai (Jo 14.9). Ele não é uma divindade inferior, pois há um só Deus que existe e age em três pessoas distintas, mas consensuais, co-iguais e consubstanciais. A obra de Cristo em todas as esferas é, em última análise, a obra do Deus trino.

d- **A Palavra final de Deus- vs. 1, 2.**

Deus falou no passado repetida e insistentemente aos ancestrais de seu povo por meio dos profetas, isto é, das pessoas vocacionadas e separadas para o ministério instrumental de comunicação da vontade, do pensamento e dos propósitos do Revelador aos seus eleitos. A comunicação divina por meio dos profetas, porém, era preparatória e basilar do que Deus estava trazendo à luz na história: A encarnação do Verbo (logos), isto é, a humanização da *palavra viva*, absolutamente eficaz e consumadora. Todas as informações e todas as verdades a respeito de Deus e da salvação temporal e eterna de que os homens necessitavam foram e estão sendo transmitidas pelo Filho encarnado, que não nos deixou órfãos, mas habita conosco pelo Espírito Santo, terceira Pessoa da Trindade, sendo com o Pai e o Filho consensual e consubstancial. Além do ministério de Cristo, consumação das Escrituras, nada mais a ser acrescentado. Ele concluiu a revelação, que foi progressiva até ele, mas nele se plenificou de maneira completa e definitiva. Qualquer pretensão de revelação além daquela que o Filho de Deus nos deixou por sua vida, ministério, paixão, morte e ressurreição significa *tentativa de acrescentar o humano ao divino*, que é, certamente, ousadia pecaminosa.

e- **O tempo de Cristo - Últimos Dias – Hb 2.2.**

Os *últimos dias* são o tempo do Messias no seu reinado temporal sobre a Igreja. Estamos vivendo os tempos do fim, isto é, o último período determinado por Deus antes da consumação final. Cristo hoje reina temporalmente sobre o seu povo, mas na consumação reinará eternamente: um reino amplíssimo, ilimitado, incluindo o universo e todos os redimidos ressurretos. O Filho de Deus é nosso Rei; somos súditos de seu reino, um reino prometido, mas promessa em concretização na unidade do corpo de Cristo, a Igreja, no “aqui e agora,”caminhando para o “reino da promessa”.

f- **Cristo, Superior aos Anjos – Hb 1. 4ss.**

Para o judeu cristão, aceitar a divindade de Cristo era muito difícil, pois entendia que Yahweh era o Deus uno e único. A doutrina da Trindade não estava clara em sua mente, nem havia sido dogmatizada. Não poderiam compreender o *Deus Uno* na unidade trina. Para um judeu,

aceitar Jesus Cristo como um dos profetas, ou mesmo o maior deles, era perfeitamente admissível; mas crer nele como um “Deus encarnado” era-lhe extremamente problemático. Na sua concepção, arraigada por firme e sedimentada tradição, a ordem hierárquica natural era: Deus (o Criador), os anjos e os homens. Entre o homem e Deus, portanto, estavam os anjos. Deus se fazia presente pelo seu Espírito (que não era um ser pessoal independente), e se comunicava com os homens por meio dos anjos, seus mensageiros. A mudança de tal conceito fazia-se necessária, pois o advento do Messias demonstrou que, acima dos anjos, está o Filho de Deus, o Verbo divino pelo qual Deus sempre se revelou no Velho Testamento e, principalmente, no Novo: o agente direto do Pai nas ordens da criação, da providência e da redenção. Portanto, muitíssimo acima dos anjos estava e encontra-se, em estado de proeminência, à destra do Pai (cf vs. Hb 1. 3,4). Cristo, pois, é o Filho exaltado, o lançador dos fundamentos do universo, o Rei eterno, sendo os anjos seus ministros (cf vs. Hb 1. 5- 14, com destaque do v. 14).

Não há lugar na teologia cristã reformada para culto de anjos, muito menos para o conceito de “anjo da guarda”, pois Cristo é a nossa guarda, estando em nós pelo Espírito Santo e em nossa companhia (Sl 121; Mt 28.20; Jo 16.7-14; Jo 14.16-18). Se temos o Espírito Santo em nós e Cristo conosco, que necessidade há de anjo da guarda? O papel dos anjos no Velho Testamento, quando o estágio revelacional era preparatório, foi importante e necessário. Na dispensação da graça o domínio é de Cristo pelo seu Espírito, que atua na Igreja e em cada um de seus membros verdadeiros. Ele é a imagem perfeita de Deus, mas também é, por outro lado, o homem perfeito, conforme o Criador o deseja.

Cristo está à destra do Pai, isto é, entronizado no reino eterno de Deus, no triúnviro divino, revestido de glória, majestade e poder, infinitamente superior aos mais destacados anjos.

(Divisões do cap 1: 1-4 e 5-14).

Questionário.

- 1- Enumere e descreva os modos de Deus falar no Velho Testamento.
- 2- De que maneira Deus fala pelo Filho?
- 3- O Filho é superior a quem e por que?

TERCEIRA LIÇÃO.

CRISTO, SUMO SACERDOTE MEDIADOR – HB 2.1-18.

Autoridade final de Cristo - Hb 2.1-4.

Anjos falaram por Cristo aos antepassados eleitos, que os ouviram e obedeceram. A nós fala o próprio Deus encarnado no Filho. Temos, portanto, muito mais motivo e obrigação de ouvi-lo e segui-lo. As vozes anteriores não cessaram, mas estão repercutidas no Verbo de Deus, Jesus Cristo, e por ele reproduzidas. Somente ele falou e fala autoritativamente por meio de sua encarnação, ministério profético, morte expiatória, sacerdócio mediador, ressurreição e reinado eterno à direita de Deus Pai. Todos que o escutaram e o escutam ouviram e ouvem a verdade reveladora e redentora. Quem retroceder, renega a bênção da comunhão com Deus em Cristo e a graça da salvação (v. 3). Anjos, que são inferiores, falaram e foram obedecidos, muito mais razão se tem de ouvir o Filho de Deus e, irrestritamente, submeter-se à sua palavra, pois ele é, sem qualquer sombra de dúvida, a própria voz de Deus, confirmada pelas testemunhas oculares e atestada por uma vida humana santa e prodigiosa(vs. 3,4). Os anjos são instrumentos do Verbo eterno. Deus em Cristo Jesus, para ser ouvido, entendido e aceito pelos homens, fez-se homem real, convivendo com seus contemporâneos e transmitindo ensinamentos, exemplos e práticas aos seus discípulos, que lhe foram íntimos e submissos. Além de tudo, regenerou os seus escolhidos e lhes outorgou o Espírito Santo (Hb 2. 4 in fine). O Grande Salvador trouxe grande salvação, que a Igreja experimenta, e dela testemunha pela unidade e santidade, proclamando-a pela liturgia comunitária e individual e pela pregação do Evangelho.

Ao Filho do Homem, não a anjos – Hb 2.5-9.

Não se deve aguardar nova revelação supostamente advinda de seres angelicais, que não têm autoridade para gerenciar a Igreja nem de revelar a vontade de Deus, pois Cristo é o próprio Deus que se revelou ao mundo e ele mesmo, no estado e condição de ser divino, deixou o ensino definitivo para orientação de seus eleitos redimidos. O nosso alvo, o nosso centro e a nossa instância de recorrência espiritual é o Filho do Homem, não anjos, por mais dignos e respeitáveis que sejam. Acima dos anjos entroniza-se nosso Senhor que, ao mesmo tempo, está conosco e em nós habita.

O homem dignificado em Cristo – Hb 2. 7-9.

O homem, antes de Cristo, não era praticamente nada. Agora, sua imagem está extremamente exaltada na pessoa do Rei à destra de Deus: um ser verdadeiramente humano, mas também realmente divino, entronizado no reinado do universo, da humanidade e, de maneira especialíssima, da Igreja (Cf Hb 2.7-9).

Em Cristo Jesus, pois, o homem tornou-se superior aos anjos e aos seus irmãos do passado. O maior em Israel, como, por exemplo, João Batista, é menor que o menor no reino de Cristo (Mt 11.11 cf Lc 7. 28). Os anjos sempre foram dignificados, mas o homem perdeu a dignidade com a queda, rastejou na poeira da humilhação, mas foi elevado às alturas da mais dignificante honra em e por Cristo Jesus, o Filho do Homem. Até o

poder de governar, que foi conferido ao homem no ato da criação e perdido na queda, foi restaurado na pessoa de Verbo encarnado, Senhor e Rei (Hb 2.8,9).

Cordeiro e Sacerdote- Hb 2.9b-10, 16-18.

O Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, também foi o Cordeiro vicário para expiar os pecados dos eleitos e justificá-los diante do Pai. Provando a morte, sentença dada a todos os homens, foi capaz de vencê-la por si mesmo, estabelecendo dois fatos teológicos fundamentais: Primeiro: A morte está vencida por um ser humano – Jesus Cristo – pois a sua vitória é a vitória da humanidade. Segundo: O redimido, por meio de seu Mediador, Sumo Sacerdote, liga-se a Deus, fazendo parte do Reino eterno de Cristo. A nossa fraqueza é superada pela fortaleza do Filho de Deus, e os nossos pecados são por ele perdoados por mediação direta, pois ele se encontra à destra de Deus e intercede pelas suas ovelhas permanentemente (v. 9). Ele não pecou, mas carregou todo peso do homem caído, sentiu todas as dores próprias de um pecador comum.

Cristo, Autor da Salvação – Hb 2.10

O escritor da Carta aos Hebreus pretendeu deixar claro que a salvação não é uma conquista humana nem um prêmio aos méritos dos pecadores, mas uma obra de Deus realizada em e por Cristo Jesus. É verdade, segundo as Escrituras, que fomos eleitos para a salvação por um decreto de Deus desde a eternidade (Ef 1. 4,5); porém, fomos preordenados em Cristo Jesus, de tal maneira que, fora dele, não há predestinado. A predestinação por si mesma e isoladamente é ineficaz, pois todos os escolhidos são eleitos, chamados pela Palavra de Deus, e justificados no Grande Eleito, o Filho de Deus. Ele, e exclusivamente ele, é o Autor da Salvação. A redenção é uma conquista de Cristo para os escolhidos do Pai; gratuita para eles, mas caríssima para o Cordeiro vicário.

Cristo, o vencedor do Diabo – Hb 2. 14,15.

O Diabo derrubou a humanidade, causando-lhe a degeneração e a morte. O maligno faleu-se da fraqueza humana para introduzir o mal no mundo. Cristo também foi humanamente frágil, organicamente carente, submetido às mais cruéis tentações e aos mais terríveis sofrimentos, mas venceu todos os poderes demoníacos desencadeados contra ele, incluindo a as tentações naturais, espirituais e morais. Sua maior vitória, porém, foi sobre a morte, potestade humanamente invencível. Cristo valeu-se da fraqueza humana para salvar os inabilitados perdidos. Pelos Triunfos de Cristo, o cristão pode vencer as tentações e próprio maligno (Hb 2.18). A cruz e o túmulo vazios são marcas da derrota de Satanás e da morte. Os dois maiores inimigos do povo de Deus estão vencidos, mas ainda não abatidos. A respeito do triunfo de Cristo sobre a morte, Paulo podia clamar: *Tragada foi a morte pela vitória (I Co 15.54b; cf 15.54-58)*. O servo de Cristo não teme o Diabo nem tem receio da morte. Os dois figadais

inimigos de Cristo e de seu povo continuam ativos no mundo, mas impedidos de exterminarem os filhos de Deus.

Os anjos, como mensageiros de Deus, falaram, anunciando os termos pactuais mosaicos. No Novo Testamento, fala Jesus Cristo, o final e autorizado revelador do Pai.

A Igreja fundamenta-se na rocha eterna, que é Jesus Cristo, com tal solidez que nada e ninguém a demove de sua privilegiadíssima posição (cf Rm 8.31-39). O mesmo Cristo que é o Cabeça da Igreja, seu corpo místico, é o Rei entronizado no trono celeste como regente do universo, da humanidade. Poderia a Igreja ser serva de um Rei mais poderoso?

Questionário.

- 1- Quais as conseqüências da negligência do crente à Palavra de Deus?
- 2- O Crente tem outras verdades espirituais além das reveladas? Por que?
- 3- Quem e onde habita aquele que guarda o crente?
- 4- Que importância o homem tem para Deus?

QUARTA LIÇÃO – HB 3.

ALIANÇA CRISTOCÊNTRICA

A nova confissão- Hb 3. 1, 2.

O autor da Carta aos Hebreus é o teólogo da aliança e do sacerdócio de Cristo. Ninguém fez melhor do que ele a conexão do pacto e do sacerdócio do Velho Testamento com a nova aliança em Cristo e com seu sacerdócio temporal e terno.

O antigo povo de Deus tinha uma base credal e confessional muito sólida e arraigada, firmada no maior dos profetas veterotestamentários, Moisés. O que Israel não compreendia era que tal fundamento religioso possuía um propósito antevivo, simbólico e figurativo, embora eficaz, naquele contexto, para a salvação dos eleitos, não porque as leis e os rituais de sacrifícios fossem operadores da redenção, mas porque prefiguravam Jesus Cristo, o Salvador eterno, que já estava presente, e agindo, como Criador, Governador e, principalmente, Sumo Sacerdote.

A nossa confissão agora não se fundamenta mais em Moisés, o legislador, ou em Arão, o sacerdote, mas em Cristo Jesus, o Filho de Deus, que é, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, Sumo Sacerdote, Revisor da lei (Legislador), Profeta e Rei. Se Moisés foi fiel a Deus, Cristo o superou em fidelidade. Enquanto o grande legislador de Israel, por sua desobediência, não pode entrar na terra da promessa; Cristo penetrou o

Paraíso celeste e estabeleceu morada para os seus escolhidos (Jo 14.1-3). No tempo de Moisés, a Terra de Descanso era um sonho; hoje, é realidade.

A nossa confissão, portanto, é cristocêntrica, sem qualquer interferência bipolarizante: Cristo e Moisés. Guardamos a lei segundo a comunicação e a interpretação de Jesus Cristo (vide Sermão do Monte – Mt 5 a 7).

Cristo, maior que Moisés – Hb 3. 1-6.

Moisés era tido, na mente israelita, como o maior dos profetas, o líder do Êxodo, o intermediário da lei, o homem com o qual Deus se encontrou no Sinai, impregnando sua face com o brilho da luz divina, de tal modo, que seu rosto não podia ser diretamente contemplado (Ex 34.29-33). E mais, Moisés era o mediador entre Deus e o povo, o único que falava em nome de Deus. Nem os sacerdotes tinham acesso à divindade. Neste aspecto, portanto, Moisés constituía-se sumo sacerdote exclusivo, em modelo quase perfeito do Messias. Como Cristo na dispensação da graça, ele tinha acesso a Deus e passava para a massa leiga dos escolhidos o que a divindade recomendava (Ex 20. 19). Ele foi um tipo de Cristo bastante aproximado da realidade, mas um homem sujeito ao pecado como os demais.

A Casa de Cristo – Hb 3.6.

Somente se une a Cristo aquele a quem Deus outorga a *vocação celestial*- Hb 3.1. Cristo não é nosso escolhido; nós é que somos os escolhidos de Deus para ele: (cf Jo 17.6,7). Assim sendo, Deus tem no mundo, em trânsito, um povo de propriedade exclusiva (I Pe 2.9,10), que peregrina para a terra da promessa, o reino celeste. Deus em Cristo habita com esse povo. Portanto, é correto dizer que se trata da “casa de Cristo” (Hb 3.6 cf 3.2,3) ou, em outros termos, “família de Cristo”. Quem, porém, decidiu estabelecer tal “casa” ou “família” foi o próprio Deus. Os seus ocupantes não são apenas beneficiários da graça divina. São filhos do Pai celeste e irmãos uns dos outros por exclusiva intervenção de Cristo. Aos salvos herdeiros cumpre fidelidade, gratidão e obediência. Na Casa de Cristo não pode haver desarmonia nem desigualdade: somos todos iguais para ser harmônicos naquele que nos chamou, redimiou-nos e nos incluiu em sua Casa, isto é, em sua família.

Moisés, apenas símbolo de Cristo.

Tudo que foi e fez Moisés representava, antevisionariamente, o que seria o Filho de Deus, o Libertador dos seus escolhidos da terrível escravidão do pecado, do mundo e da morte; o líder do novo êxodo para a pátria celestial; o doador da nova lei, escrita por ele mesmo nos corações dos eleitos, não em tábuas de pedra; o guia perfeito, pois é, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, o “caminho, a verdade e a vida”, não sendo possível chegar aos céus sem ele. E mais: ele é o segundo Adão, para dar origem a uma nova raça; mas não é o “segundo Moisés”, um sucessor mosaico, ocupando

segunda plana na ordem pactual. Sua pessoa e obras antecedem Moisés, e foi por ele que Moisés existiu e missionou, pois todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do foi feito se fez (Jo 1.2,3), inclusive tronos, soberanias, principados e potestades (Cl 2.16). Moisés, portanto, é “tipo de Cristo”, e o “tipo” cessa, quando o tipificado se realiza. Citemos um texto lapidar sobre a divindade, proeminência, autoridade e reinado universal de Cristo: *Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados. Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois, nele, foram criadas todas as coisas nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia* (Cl 1.13-18). A liderança de Moisés foi preparatória; a de Cristo é definitiva. A “casa de Cristo” jamais será abalada.

A liderança de Cristo – Hb 3. 7-19.

A voz que tem de ser ouvida, acatada e respeitada é a de Cristo; a voz que a Igreja ouve hoje. Se a rebelião contra Moisés trouxe conseqüências desastrosas para os rebelados, de muito maior castigo estão sujeitos os que se rebelarem contra o Filho de Deus. A Igreja constitui-se de todos aqueles que têm ouvidos abertos pelo Espírito Santo para ouvirem o Verbo eterno, que se expressa pelas Escrituras. Os incapazes de ouvir, certamente não são discípulos do Filho de Deus (Jo 8. 43). Falamos de incapacidade espiritual, não psicológica, biofísica ou mental. Não pode acontecer na Igreja o que aconteceu em Israel: Inaceitação da condição de servos de Deus e rebeldia: Massá e Meribá (Sl 95.7,8 cf Ex 17. 7; Nm 20.13. A Septuaginta traduz Meribá e Massa por *rebelião e tentação*, respectivamente.

A vontade de “retornar ao mundo” é a mais cruel rejeição da obra de Deus no seu eleito, como bem o expressa Hb 6.4-6. O autor de Hebreus adverte os cristãos, para que não se faça contra Cristo o que se fez contra Moisés no caminho do deserto, nas proximidades de Refidim. Quem é participante de Cristo, verdadeiramente regenerado (vs 13,14), não retrocede, não se apostata jamais. A Igreja militante é constituída de muitos, mas poucos são chamados eficazmente (Mt 22.14).

Cada crente verdadeiro está em Cristo: na videira, no edifício, no organismo eclesial, na Casa do Cordeiro.

Questionário.

- 1- Por que Cristo é superior a Moisés? Relacione, pelo menos, dois motivos.
- 2- A lei é inútil? Justifique sua resposta.
- 3- Que voz temos de ouvir hoje? Explique.
- 4- Que você acha da exortação mútua? Funciona hoje?

QUINTA LIÇÃO – Hb 4.

AUTORIDADE FINAL DE CRISTO

O repouso eterno prometido – Hb 4. 1-10.

O cristão já experimenta o seu descanso eterno, seu sábado real, quando repousa em Cristo Jesus: *Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve* (Mt 11. 28-30).

Como tudo no Velho Testamento, o Sábado também era simbólico, representando o repouso final dos redimidos em Cristo Jesus, o Senhor do sábado. O descanso sabático era um meio pelo qual o povo minorava as fadigas, os cansaços, os *estresses* da vida laboriosa semanal. O crente descansa na Pessoa do Senhor do tempo, o promotor do repouso da alma.

O Sábado, mais do que seu aspecto social, era, para Israel, um “ícone”, um tempo sagrado no meio dos tempos profanos. Em Cristo Jesus todos os tempos, todos os lugares e todos os povos são abrangidos pela sacralidade da encarnação do Verbo de Deus. O domingo, nosso dia de descanso físico, psicológico e emocional, destina-se, objetivamente, ao culto a Deus, ao estudo das Escrituras e à comunhão com os irmãos, que se encontram separados uns dos outros pelas tarefas cotidianas e pelas responsabilidades profissionais. O outro objetivo do domingo, e o mais importante, é a comemoração da vitória do Cordeiro sobre a morte pela ressurreição e o conseqüente nascimento da Igreja.

Como o Sábado, também o domingo remete a nossa mente ao descanso escatológico em Cristo Jesus, onde não haverá mais sofrimento, tristeza, pranto e dor, pois o tempo dos padecimentos passou (Ap 21. 4 cf Ap 21.1-7). Nossas almas em Cristo já antegozam o “descanso eterno”. No braço de Cristo o crente, mesmo debilitado física, social e moralmente, repousa em paz espiritual, estado não comparável a qualquer outro de natureza material e psicológica.

Conotações do Repouso

O autor usa o termo repouso (gr. *katapausis*) em três diferentes conotações:

1- Significando a paz de Deus: O alvo do crente em Cristo é entrar no domínio desta paz, fugindo do mundo de conflitos internos e externos.

2- Significando a entrada na Terra da Promissão (cf Hb 3. 12), depois da escravidão no Egito e os padecimentos no deserto (cf Nm 14.12-23). Para o crente, o sentido é o ingresso na Pátria celestial, que o Messias preparou para os seus eleitos.

3- Significando o “descanso de Deus” no final da obra da criação. Deus, porém, descansou da obra da criação, mas continuou ativo, sem descanso, no governo do universo, na providência e na redenção dos seus eleitos (Cf Jo 5.17). Deus, não sendo um ser biofísico, uma máquina biológica como o homem, não se afadiga, não sente esgotamento fisiológico. Portanto, o seu “descanso” tem conotação completamente diferente do nosso descanso. Os seis dias da criação foram limitados por trevas e luz, isto é, noites e dias; menos o sétimo, porque, na verdade, ele marca o fim de um tempo determinado e o início de outro com extensão eterna. No final do sétimo dia da criação não se diz: *Houve tarde e manhã, o sétimo dia*. Além, do mais, Deus terminou a criação no sétimo dia: *E, havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito (Gn 2.2)*. O homem cumpre tarefas semanais, mas não completa “tudo que tem de fazer” no curso semanal, para então descansar da “obra completa”, como fizera o Criador.

Na versão sabática de Êx 20. 9-11, o povo deveria descansar, porque Deus “descansou” no final da obra da criação. Na versão deuteronomica de Dt 5.13-15, o descanso foi concedido ao povo de Deus para que ele se lembrasse que havia sido escravo no Egito, submetido a trabalho forçado duríssimo (v.15). Portanto, o sábado, aqui, se reveste de natureza social. Os israelitas não deveriam escravizar os subordinados, nem mesmo os animais, pois tinham experiência próprio da escravidão.

Cristo nos libertou; o domingo é a comemoração desta libertação espiritual sem paralelo (Jo 8.36: Cl 1.13: Ap 1.5, Rm 6.18,22). Quem experimenta, no fundo da alma, o “repouso” em Cristo, não endurece o coração e não tem receio de “tombar ao longo da jornada”, como aconteceu com os israelitas rebeldes.

O incrível poder da Palavra de Deus – Hb 4. 11-13.

“ O judeu tinha um conceito peculiar de palavra. Para ele, uma palavra, uma vez pronunciada, passava a ter existência própria; não apenas um som carregado de sentido, mas uma força ou um poder capaz de gerar fatos e criar coisas” (cf Barclay, William - Hebreus, vol. 13, pág. 45, Edição de 1954- Methopress, B. Aires). Para o pensamento judaico antigo, a palavra não somente era um meio de comunicação, mas também um poder criador, especialmente de fatos morais, psicológicos, sociais e espirituais. Se a palavra do homem possui tamanha força, que dizer da perfeita e sapientíssima Palavra de Deus? Ela é criadora da plena justiça e

portadora do amor perfeito. Quem a incorpora é ajuizado por ela em todos os seus atos e pensamentos, mas também por ela é corretamente conduzido à justiça e ao ágape eterno de Deus. Quem a rejeita, atrai sobre si a condenação da própria palavra recusada.

A Palavra de Deus não cai no esquecimento, não se desatualiza com o tempo, não morre nos alfarrábios desprezados, pois ela é **viva e eficaz**, isto é, está sempre ativa; sempre eficiente como agente salvadora, santificadora e consoladora: *Não me envergonho do Evangelho, porque ele é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê (Rm 1.16a)*.

O autor está falando da incrível potência da Palavra de Deus, não dando um curso de anatomia humana ou de antropologia teológica, quando afirma que a Palavra de Deus é mais afiada que espada bigúmea, pois, quando penetra o ser humano, e o faz eficazmente, desseca-o completamente, isto é, não lhe deixa nenhuma janela de escape. O homem pode fingir aceitação de verdades faladas diante de outro homem, mas não o fará diante de Deus, que lhe conhece o interior (Sl 139.4).

Corpo, alma e espírito.

Como bom judeu, o autor, certamente, não dicotomizava e, muito menos, tricotomizava o homem. O hebreu, treinado nas Escrituras, via o ser humano como unidade criada indivisível. Mesmo a morte, que separa o espírito do corpo, o faz apenas temporariamente, sem interromper o propósito da eterna unidade do ser psicossomático, segundo os desideratos do Criador na criação.

Antropologia secular do tempo do autor. Acreditava-se que o homem era constituído de:

- a- A alma - “psique” -, que era a vida natural, extinguindo-se com a morte. Todos os seres vivos possuíam “psique”(alma).
- b- O espírito – “Ruach” -, que somente o ser humano recebeu (Gn 2.7); era a parte racional do ser humano, que fazia dele um ente capaz de relacionar-se inteligentemente com outros seres humanos e espiritualmente com Deus.
- c- Corpo – “soma” -, era a parte material de todos os seres vivos. Por ser constituído de matéria, e não ter interferência alguma na vida, que pertencia à “psique” (alma), nem na racionalidade e na espiritualidade, que eram atributos do “ruach” (espírito), o corpo era “desprezível”, simples amontoado de matéria orgânica. O melhor para ele era a morte, que libertava o “ruach”(espírito)”. Assim pensavam os gnósticos, pensamento que teve grande influência no cristianismo primitivo. Porém, o homem não existe em partes estanques e independentes, mas como ser integral uno. A idéia platônica de “alma pura em corpo sujo” não é bíblica. Podemos chamar a vida biológica de “alma”, mas não devemos entender a “alma” como entidade autônoma, à margem do organismo físico e até superior a ele, segundo a crença grega.

A mesma palavra que separa corpo, alma e espírito, também separa justas e medulas, e distingue pensamentos e propósitos do coração. O autor usa figura hiperbólica de linguagem par ressaltar a eficácia da palavra, quando penetra o ser humano: alterando-o completamente na sua estrutura moral, sentimental, social, biológica, psicológica e, principalmente, espiritual.

O Sumo Sacerdote Perfeito – Hb 4. 14-16.

O acesso individual do judeu a Deus somente se dava por intermediação sacerdotal. A interligação Deus–homem efetivava-se exclusivamente por meio do sumo sacerdote, o único credenciado a realizar tal função. O povo era demasiadamente impuro para suportar a presença de Deus. O mediador sumo-sacerdotal do Velho Testamento apontava, mesmo que os israelitas não o soubessem, para o Sumo Sacerdote perfeito, que haveria de vir, e efetivamente veio – Jesus Cristo. Agora, nossa ligação com Deus é permanente, pois nosso Sumo Sacerdote está no Santo dos Santos celeste, representando-nos diante do Pai, intercedendo por nós e defendendo a nossa causa (I Jo 2.1,2), levando com ele as marcas da nossa humanidade, nossas dores, nossas fraquezas, mas também a nossa esperança. Devemos estar juntos ao trono da graça como Israel se postava ao pé do monte Sinai, enquanto Deus firmava com Moises os termos do pacto. Estamos aqui, na Igreja, convocados por Cristo, achegados ao divino Rei, juntos de seu trono, recebendo dele todas as benesses de sua intermediação, de seu governo paternal, de seu zelo sacerdotal. Ninguém chega ao Pai a não ser pelo Filho na sacratíssima função de sumo sacerdote.

Questionário.

- 1- Que descanso o sábado judaico representava?
- 2- Em que sentido o redimido entrou no descanso eterno?
- 3- Quais são as conotações da palavra “descanso” neste texto?
- 4- O homem não tricotômico. Por que?
- 5- Temos ainda um sumo sacerdote? Explique sua resposta.

SEXTA LIÇÃO – HB 5.

SUMO SACERDOTE – FIGURA DE CRISTO

Qualificações do Sumo Sacerdote – Hb 5. 1-3.

Quem era e o que fazia um sacerdote.

O sacerdócio vetotestamentário foi uma instituição divina. Quem vocacionava, escolhia e chamava para o ministério sacerdotal era Deus, que também determinava as qualificações, os deveres e os ofícios sacerdotais. O sacerdote, conforme determinação divina, não podia servir-se a si mesmo, pois era servo exclusivo de Deus e de seus irmãos. Enquanto os leigos envolviam-se com os afazeres seculares, com o sustento próprio e da família, com a defesa pessoal e do Estado; o sacerdote, separado das atividades do mundo, cumpria o papel de perene intercessor do povo. Entre Deus e os fiéis estava o sacerdote, que fazia a ligação do divino com o humano para que o eleito não se perdesse.

Especificações sacerdotais - Hb 5. 1.

a- Um escolhido. Deus selecionava e escolhia, segundo sua vontade soberana, aquele a quem constituía sobre os seus escolhidos como Sumo Sacerdote, estabelecendo-lhe as obrigações (cf Ex 28 a 29; Lv 8 a 10 e Nm 16 a 18). Nenhuma vontade humana prevalecia, embora o sacerdócio fosse um cargo proeminente. Tal proeminência, no entanto, era para a glória de Deus e o benefício do povo, jamais para elevação pessoal. Quando a vaidade atingia os sacerdotes, eles eram recriminados e discriminados, tornando-se mais pecadores que os outros pela negação e renegação do ministério sacerdotal.

À semelhança dos sacerdotes arcaicos, tipos e imagens do sacerdócio messiânico, assim também o Filho do Homem, não somente é o “Escolhido dos escolhidos” desde a eternidade, mas também, o Filho de Deus eternamente gerado, da mesma substância do Pai, mantendo com ele absoluta consensualidade e identidade.

b- Um designado. O sumo sacerdote não se autodesignava, não fazia opção profissional para o ofício, não se submetia a um concurso eclesial, por meio do qual a Igreja “testaria” suas qualidades, habilidades e suposta vocação. Sua escolha e designação procediam diretamente de Deus. Exatamente assim é o Sumo Sacerdócio de Cristo: Ele é nosso Mediador e Intercessor sem nenhuma interferência da Igreja. Os atos soberanos da Divina Trindade constituíram-no Sumo sacerdote do novo povo de Deus.

c- Um ofertante de sacrifícios.

O leigo cuidava das coisas concernentes a si mesmo, à família, à sociedade, ao Estado e ao mundo. O sacerdote cuidava das coisas concernentes a Deus, isto é, cumpria as determinações divinas no que respeitava à mediação, à instrução, à consolação, ao sacrifício e ao perdão (Hb 5.1 cf 2.17). O mais preponderante papel do sumo sacerdote era *fazer propiciação pelos pecados do povo*. O pecador levava a vítima sacrificial, mas ele mesmo não podia oferecê-la a Deus em favor de si mesmo; quem o fazia por ele e em seu nome era o sumo sacerdote. Então, seus pecados, cobrados na figura da vítima imaculada, eram removidos, e as barreiras

relacionais entre Deus e o confessante eram desfeitas. De maneira semelhante, nós, míseros pecadores, alienados de Deus, não podemos oferecer, pessoalmente, sacrifício expiatória a Deus pelos nossos pecados; oferece-os o Sumo Sacerdote Jesus Cristo, o único credenciado por Deus para tal mister.

Pecados imperdoáveis e perdoáveis. Os pecados intencionais não eram perdoados, isto é, os pensados, planejados e executados conscientemente. Os pecados não intencionais eram remíveis: aqueles praticados por impulsos emocionais incontroláveis, por coação moral irresistível, por pressão famélica, por situação de miserabilidade, por descontrole de natureza psíquica ou por distúrbios mentais. Tais pecados emergem de ambiente dominado pelos males naturais, sociais, sentimentais, psicológicos e espirituais; todos circunstanciais ou emergenciais. O sumo sacerdote devia ser um homem de reconhecida sensibilidade e humanidade, capaz de reconhecer os pecados perdoáveis e não perdoáveis, “condoendo-se dos ignorantes e dos fracos” (Hb 5.2), pois ele mesmo estava envolvido na massa pecadora e sofredora. Nos eleitos, os pecados conscientes não eram perdoados, mas castigados, como foi o pecado de Davi. Quem perdoa não castiga.

Sobre pecado de rebeldia contumaz, consultar Dt 17.12.

Sobre pecado involuntário ou por ignorância: ver Lv 4. 2ss; Lv 4.13ss; cf Nm 15.22-26.

Sobre os pecados voluntários planejados, calculados e executados conscientemente, em atos claros de rebeldia contra o Senhor e seus mandamentos, consultar: Nm 15.30,31. Tal pecador, geralmente, é um réprobo, uma pessoa pervertida espiritualmente, um apóstata perfeitamente cômico de sua incredulidade e de oposição a Deus, ao seu povo, às suas ordenanças.

O pedido de perdão é natural para os redimidos, pois, como filhos da promessa, reconhecem-se pecadores diante de nosso Sumo Sacerdote, que experimentou nossas fraquezas e nossas misérias, sabe compreender-nos profundamente e tem sempre misericórdia de seus eleitos, coletiva e individualmente. Cristo, no Santo dos Santos celeste, oferece continuamente a Deus o seu sacrifício vicário por nós, os seus servos confessantes. Não teve necessidade de oferecer sacrifício por si mesmo, pois não experimentou a pecado, mas sofreu por nós a desgraça da queda, ao assumir nossas culpas.

Cristo – O sumo sacerdote – Hb 5. 4-10.

Cristo possui todas as credenciais bíblicas do sumo sacerdócio. Ei-las relacionadas no texto em apreço:

a- Cristo, à semelhança de Arão, foi comissionado pelo Pai para ser nosso *Sumo Sacerdote* (Hb 5. 4,5 cf Sl 2.7; Hb 5.6; 6.20; 7. 17,21). O

próprio Deus, portanto, assumiu o sumo sacerdócio na Segunda Pessoa da ordem trina.

b- Jesus é *Rei-Sacerdote*, segundo a ordem de Melquisedeque que, sendo rei de Salém e sacerdote do Deus altíssimo – El Elyon – (cf Gn 14.18-20), era também sumo sacerdote (Cf Sl 110.4). Cristo, igualmente, está assentado à direita de Deus, o Pai, como Rei e Sumo Sacerdote.

c- Jesus, na agonia da paixão, ofereceu, na condição de Sumo Sacerdote, não da ordem araônica, mas de Melquisedeque, orações, clamores, súplicas e lágrimas a Deus (Hb 5.7); e foi ouvido. Portanto, no auge da agonia, o Messias, que foi condenado por dizer-se Rei, colocava-se diante do Pai como Sumo Sacerdote, segundo a interpretação do autor de Hebreus. Nem todas as potências do mal, acionadas pelos homens e por Satanás, foram suficientemente fortes e poderosas para impedir a ação sumo sacerdotal do Filho de Deus.

d- O Filho aprendeu exercer o ofício sacerdotal e regencial, por meio da irrestrita obediência no sofrimento; tornando-se nosso Rei, Sumo Sacerdote e Salvador (Hb 5. 8, 9,10). Nossa redenção não veio de fora para dentro, mas saiu do âmago de nossa humanidade, onde o pecado nos alienava, por meio de nosso irmão, Jesus Cristo, o mais humano dos humanos.

O esquecimento dos judeus – Hb 5. 11-14.

Deus, pela sua infinita graça, concedeu aos judeus regulamentos condenatórios – a Lei – e o meio absolutório – o sacerdócio e os sacrifícios. Porém, os hebreus enfatizavam a Lei, até como meio de salvação, e menosprezavam o sacerdócio, os sacrifícios, o perdão e a absolvição. Os cristãos judeus mal doutrinados, certamente não tinham condições de entender corretamente o advento de Cristo, sua missão, seu reinado e, especialmente, seu sumo sacerdócio. Precisavam, portanto, ser redoutrinados, reconduzidos às verdades reveladas a respeito de Jesus Cristo (vs 11,12). Os ensinamentos do autor de Hebreus não eram elementares, um curso básico para iniciantes, mas alimento sólido para adultos (vs 13,14), especialmente para cristãos judeus.

Aqueles que deviam ser mestres dos gentios, na verdade, necessitavam de instrução bíblica sobre o sistema revelacional do Velho Testamento, todo de natureza simbólica e indicativa de Jesus Cristo, no qual tudo se realizou consumadamente.

Questionário.

- 1- Pode haver mais de um sumo sacerdote? Justifique a resposta.
- 2- Quais são as credências de um sumo sacerdote?
- 3- Qual o papel do sumo sacerdote?
- 4- De que ordem sacerdotal é Jesus Cristo, e que ligação esta ordem tem com Abraão?

SÉTIMA LIÇÃO – HB 6.

O CRENTE E A SALVAÇÃO

Desvios perigosos – Hb 6.1-3.

Para o autor de Hebreus, o “perfeito” é Jesus Cristo, nosso Sumo Sacerdote, o autor e consumidor de nossa fé. No entanto, a parte judaizante do cristianismo primitivo começava deslocar o ensino e a crença do essencial para o circunstancial; do causal para o fenomenal; do central para o periférico, ressuscitando o ritualismo judaico: lavagens cerimoniais (batismos); bênçãos por imposição de mãos; polêmicas teológicas estéreis sobre ressurreição de mortos; debates sobre o modo de operação do juízo final. Tais discussões não são dispensáveis (v. 2), mas não devem tomar o lugar do que é fundamental à piedade cristã: *a cristocentricidade da fé e a consciência do sumo sacerdócio do Filho*. Credo firmemente em Cristo, confiando a ele o destino de nossas almas, tudo mais é complementar, sendo alimentados pela certeza da esperança. Deve-se ter em mente que somos peregrinos neste mundo, mas em marcha para a Pátria Celeste sob a direção e cuidados do Sumo Sacerdote, que atua em nós pelo Espírito Santo. O legalismo exagerado dos judeus, que fizeram a lei o motor da soteriologia, devia ceder lugar ao cristocentrismo, à fé sem amuletos no Redentor de nossas almas.

O deslocamento do núcleo doutrinário para o periférico ainda acontece hoje: Alguns irmãos enfatizam o batismo; outros, o sábado; muitos, a imposição de mãos (unção e batismo com o Espírito Santo); considerável número centralizam a esperança nas bênçãos imediatas e na teologia dos prazeres sensoriais. Para esses, se o culto não for lúdico e prazeroso, não é “espiritual”. Nossa relação com o divino deve deixar claro que Deus é Senhor e nós somos seus servos; servindo-o submissamente, prestamos-lhe culto real, sincero e objetivo. Crente verdadeiro é aquele que é servo verdadeiro.

A vida cristã inclui doutrinas e práticas rituais como batismo, confissão, profissão de fé, imposição de mãos. Tudo isto, porém, sem fé em Cristo, não passa de ritualismo formal e vazio.

O perigo da apostasia – Hb 6.4-8.

O autor já nos havia advertido sobre o perigo da negligência (Hb 2. 1-4) e do risco da desobediência (Hb 3.7-12; 4.3-7). Agora, ele volta ao tema, para nos dizer que o apóstata é aquele que renega Cristo de maneira radical, contumaz. Tal negação pode ser por meio de confissão atéia, de crenças em outros deuses ou por intermédio de práticas deliberadas contrárias à vontade de Deus expressa nas Escrituras. Por exemplo: muitos israelitas que presenciaram as pragas do Egito; pintaram os umbrais de suas

portas com o sangue do cordeiro pascal; viram a morte dos primogênitos do Egito; atravessaram o Mar Vermelho; foram guiados por colunas de fogo e protegidos por uma densa nuvem; comeram o maná no deserto; beberam as águas de Mara e Elim (Ex 15.27; Nm 33.9s; Ex 17.1-7; Nm 20.2-13); firmaram com Deus o pacto sinaítico e receberam a Lei; caíram. Apesar de serem beneficiários de todas essas bênçãos, foram desobedientes, renegaram a fé, perdendo o privilégio de entrarem na Terra da Promissão (Nm 14.20-38). Como aconteceu àqueles israelitas, que provaram os mistérios da presença e atuação de Deus no meio de seu povo, que fizeram parte do Êxodo, mas tombaram por desobediência; pode acontecer o mesmo no Êxodo do novo povo de Deus sob o comando de Jesus Cristo. Vejam o que disse Deus a respeito deles: *Nenhum dos homens que, tendo visto a minha glória e os prodígios que fiz no Egito e no deserto, todavia, me puseram à prova já dez vezes e não obedeceram à minha voz, nenhum deles verá a terra que, com juramento, prometi a seus pais; sim, nem um daqueles que me desprezaram a verá(Nm 14.22,23).*

Uma pessoa pode ser batizada, tomar a Santa Ceia, ser partícipe da Palavra, integrar-se na adoração, incluir o filhos na Igreja, ser escolhido para liderança do povo de Deus e, no entanto, não ser eleito; vindo, mais tarde, a apostatar-se da fé, causando tristeza, ruína à comunidade e gerando conflito no corpo de Cristo. Um eleito regenerado não cai, mas um membro irremisso da Igreja pode cair; isto é, já estava caído, mas seus “irmãos” não sabiam. O réprobo cristianizado, que abandona a Igreja, a ela não retorna, até por imposição divina. Porém, o dano espiritual que causam ao corpo de Cristo é imensurável, comparável à tragédia da morte do Cordeiro, a uma recrucificação de Cristo aos olhos do mundo e ao coração da Igreja.

Alguns teólogos entendem que os “iluminados” são os “batizados”, porque “batismo” pode ser sinal de iluminação. O código Peshitta Siríaco traduz: “ Aqueles que foram batizados” (Pud. Simon Kistemaker in Hebreus.

Apostasia de crise – Hb 6. 4-8. Para melhor compreensão deste texto, devemos ressaltar que a Carta aos Hebreus foi escrita entre as duas mais perversas campanhas de perseguição da Igreja: a de Nero, em 64 d. C.; e a de Domiciano, em 85 d. C. Insere-se neste período a Revolta Judaica e a queda de Jerusalém (67 a 70 d. C.). Foram tempos terríveis! Em 18 de julho de 64, houve o incêndio de Roma, certamente criminoso, que Nero atribuiu aos cristãos, tidos por *inimigos da humanidade*. Eles foram presos e, sob tortura, centenas negaram a fé em Cristo, escapando da morte física, mas transformando-se em apóstatas. Os que destemidamente confessaram fidelidade ao “Kyrius Christus”; foram lançados às feras nas arenas ou queimados em praça pública para servirem de iluminação aos

espectadores, dentre os quais estava o próprio imperador². Os confessantes, em decorrência da confissão, perdiam suas vidas de maneira cruelíssima. Os covardes, os renegadores da fé cristã, sobreviviam, sendo posteriormente rejeitados pelos descendentes dos mártires, cuja fé confessada sustentou a Igreja durante as perseguições. Foi, pois, neste contexto histórico, que o autor de Hebreus levantou a questão da apostasia, que não era apenas suposição, uma possibilidade, mas um quadro historicamente real, cruelissimamente verdadeiro.

Elogios aos fiéis – Hb 6. 9-12.

Apesar da maneira dura de falar, o autor mostra que ama seus irmãos sinceros e persistentes na fé, desejando-lhes firmeza constante para permanecerem até o fim. Deus, por outro lado, está sempre com seus eleitos fiéis, garantindo-lhes a possessão eterna e sustentando-lhes a esperança na peregrinação dolorosa desta existência.

A infalível esperança – Hb 6.13-29.

A promessa feita a Abraão foi confirmada e selada por juramento do próprio Deus, pois não havia ninguém maior do que ele em cujo nome jurar. O juramento conferiu à promessa irrevogabilidade e imutabilidade, de modo que os herdeiros da fé estão firmes, não por si mesmos, mas por Deus.

As duas coisas imutáveis sobre as quais é impossível que se minta são: a imutável promessa divina e o imutável juramento, ficando o pacto da graça prometida inderrogável (v.18).

A âncora da esperança – Hb 6.18-20.

A esperança, um magnífico dom de Deus aos seus redimidos, é que sustenta o batel de nossa vida no mar revolto deste mundo. Pela esperança penetramos, na pessoa do Sumo Sacerdote, além do véu, isto é, no Santo dos Santos celeste, onde ele entrou e permanece. O elo, pois, que nos liga ao eterno mantém-se e é inquebrável, segundo a misericórdia de Deus. Estamos ancorados em Cristo Jesus, tempestade nenhuma fará naufragar o batel do crente.

Questionário.

- 1- O crente verdadeiro pode fraquejar? Justifique sua resposta.
- 2- A Igreja tem trigo e joio. Podemos livrar-nos do joio? Explique sua resposta.
- 3- Por que a promessa é irrevogável?
- 4- Onde penetra a âncora da esperança e que garantia nos traz?

² - Conferir narrativa do Historiador Romano, Tácido, em Anais, 15.44, apud Justo Gonzalez, em A Era dos Mártires, Vol. 1, pág. 54, Edições Vida Nova, SP, 1ª Ed, 1980.

OITAVA LIÇÃO

O SUMO SACERDOTE PERFEITO – HB 7

Deus assume o sumo sacerdócio.

O autor chega ao ponto central de sua teologia cristológica: provar a absoluta superioridade do sumo sacerdócio de Cristo, que não assumiu o ministério sacerdotal por delegação humana nem por direito de família, mas escolha divina, como já dissemos. Portanto, Jesus Cristo é o Sumo Sacerdote segundo a direta autodeterminação de Deus; isto é, o próprio Deus desceu para assumir o sacerdócio, pois os homens não foram capazes de exercê-lo com a dignidade e a eficácia necessárias para que a intermediação se realizasse. Além da imperfeição natural do sacerdócio humano, ele era de natureza tipológica e, portanto, transitório.

Melquisedeque – tipo de Cristo- Hb 7.1-3.

Abraão era, para Israel, o maior dos patriarcas, o pai da fé, o protagonista do pacto da graça, o iniciador da comunidade hebraica, o representante da promessa. Porém, com toda essa grandeza e magnificência, ele se submeteu ao sumo sacerdote do Deus altíssimo, Melquisedeque, ao entregar-lhe o dízimo e ao ser abençoado por ele. Além de sumo sacerdote, Melquisedeque era rei de Salém (Jerusalém), rei de justiça e paz, acumulando, pois, os dois ofícios ministeriais: o múnus sacerdote e rei. Desta maneira, no Velho Testamento, o verdadeiro tipo de Cristo não é Aarão, que se subordinava a Moisés, mas Melquisedeque, sacerdote independente, em cuja ordem alista-se Jesus Cristo: Profeta, Sacerdote e Rei, sem vínculo com o sacerdócio araônico.

O Sacerdócio de Cristo, superior ao levítico – Hb 7.4-10.

Cristo não é Sumo Sacerdote por ordem genealógica. Todos os descendentes de Levi tinham direito, por nascimento, ao sacerdócio. Jesus não descendia da tribo de Levi; não tendo, em consequência, qualquer direito sucessório ao sacerdócio. Como se explica, então, ser ele o nosso Sumo Sacerdote? O autor de Hebreus resolve o problema, mostrando a origem vetotestamentário do direito sacerdotal de Cristo na pessoa de Melquisedeque, que não era apenas antecessor, mas tipo do sacerdócio perfeito, que se efetivaria em Cristo Jesus, o Sumo Sacerdote para sempre (v.3 in fine cf Sl 110.4).

O judeu dava muita importância à origem das pessoas, pois acreditava que os descendentes traziam as marcas de seus antepassados. Conhecendo os ancestrais, sabia-se quem eram os seus filhos. Além das qualidades morais, os descendentes herdavam e perpetuavam as bênçãos que Deus havia concedido aos seus pais. Jesus era descendente de Davi, podendo, portanto, em virtude da linhagem real, assumir, eventualmente, o

reinado de Israel. Seu título de Messias era etimologicamente justificável, mas não o de Sacerdote, pois lhe faltava a inserção genealógica probatória. O autor da Carta aos Hebreus “encontrou” tal prova na pessoa de Melquisedeque, que não teve “história registrada”. Desconhecidos são: seu pai, sua mãe, sua família, a data e o local de seu nascimento, bem como quem o constiu, ordenou e instalou como Sumo Sacerdote. Ele aparece abruptamente na história sem ser explicado nem se explica, e também da mesma maneira desaparece, deixando apenas os “mistérios” de sua pessoa, de seu reinado e de seu sacerdócio. Diante do quadro enigmático de sua figura, o autor da Carta aos Hebreus atribui-lhe direta ligação com Deus altíssimo (El Lyon). Deste modo, ele representa ou tipifica o nosso Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, cuja genealogia real e sacerdotal liga-se diretamente a Deus: Filho eternamente gerado no “hoje” do Pai (Hb 1.5; Hb 5.4 cf Sl 2.7). O judeu cristão fazia questão de comprovação bíblica para todas as funções, sacerdotais ou não, assumidas por Cristo. O autor de Hebreus as fornece neste capítulo, e de modo teologicamente convincente.

O novo Sumo Sacerdote.

O sacerdócio levítico era simbólico e frágil, pois dependia de seres humanos pecadores, que receberam dízimo dos leigos, mas também o deram na pessoa de Abraão (Hb 7.9). Precisavam comprovar genealogia para serem sacerdotes e deveriam purificar-se a si mesmos para se credenciar como mediadores do povo. Eis agora as credenciais do verdadeiro e final Sumo Sacerdote, que rasgou com sua morte o véu do templo e, pela ressurreição, penetrou o Santo dos Santos celeste:

a- O Novo Sumo Sacerdote não pertence à tribo de Levi, mas de Judá, mostrando que a velha ordem havia cumprido o seu papel; tudo se fez novo no Filho encarnado de Deus.

b- O novo Sumo Sacerdote é para sempre (Hb 7.15-19). O velhos sacerdotes eram mortais, tendo necessidade de haver sucessão. Jesus Cristo é imortal, sendo o seu sacerdócio de natureza eterna.

c- O novo Sumo Sacerdote foi introduzido por juramento do próprio Deus (Hb 7. 21 cf Sl 110.4), não segundo a ordem arcaica, mas de Melquisedeque. Portanto, o Sumo Sacerdócio de Cristo não se liga à ordem ordinária, mas à indicação divina com juramento de perpetuidade.

d- O novo Sumo Sacerdote não precisa oferecer sacrifícios por si mesmo, como faziam os antigos (Hb 7.27), pois era e é isento de pecado, embora tenha experimentado todas as fraquezas humanas.

e- O novo Sumo Sacerdote não precisa repetir ininterruptamente os sacrifícios, pois, sendo o próprio Deus encarnado e sem mácula, ofereceu-se uma só vez: sacrifício único, mas de efeito abrangente, eficaz e eterno (Hb 7.27). A porta do perdão e da reconciliação é Jesus Cristo, que está permanentemente aberta aos seus escolhidos.

O Sacerdócio eterno de Cristo - Hb 7.11- 19.

O sacerdócio levítico terminou, porque não era definitivo, completo e perfeito (vs 11,12). Vindo o sacerdócio perfeito, o que era antecedente cessou; mesmo porque, segundo a teologia do autor de Hebreus, nem tipo do que viria o anterior sacerdócio levítico era; pois o vínculo sacerdotal de Cristo estabelece-se com Melquisedeque, não com Arão. O sacerdócio araônico vinculava-se à Lei, à qual se subordinava. O sacerdócio de Cristo é independente da ordem legal, sendo o próprio Filho de Deus o reformador da lei, para que servisse à nova ordem, não por meio de normas estereotipadas, mas por intermédio de princípios implantados no coração dos redimidos.

Um sacerdócio único e perfeito – Hb 7. 20-28.

A velha ordem sacerdotal compunha-se de numerosos sacerdotes por duas razões: Primeira, a morte criava a necessidade de substituição e sucessão. Segunda, sendo constituída de pecadores, a seleção se fazia imprescindível, embora não resolvesse o problema da imperfeição (cf Hb 7.22). Tudo agora, na nova dispensação, se resume em um único sacerdote, Jesus Cristo, que realiza o que a multidão sacerdotal do velho sistema não conseguiu realizar: A perfeita mediação; o sacrifício único e eternamente eficiente; o perdão dos pecados de maneira cabal e final. Eis como é descrito o nosso Sumo Sacerdote: *Com efeito, nos convinha um sumo sacerdote como este, santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores e feito mais alto do que os céus (Hb 7.26).*

O sumo sacerdote do Velho Testamento “representava o pecador” diante de Deus e tinha identidade humana com ela, mas não o incorporava. Cristo incorpora em sua pessoa a nova humanidade regenerada como nosso ancestral e, mais do que isso: como nosso Genitor espiritual, responsável por nossa origem. Assim, toda a humanidade redimida, na verdade, está entronizada no céu e introduzida no Santuário celeste na pessoa representativa e corporativa de Jesus Cristo. Em conseqüência de tal linha teológica extremamente misteriosa e graciosa, o apóstolo Paulo podia afirmar: *E juntamente com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus (Ef 2.6).* Nunca se disse no Velho Testamento que um fiel hebreu “estava no seu sumo sacerdote”. No Novo, porém, todos os redimidos estão em Cristo Jesus; ilustrativamente como: o ramo na videira, o órgão no organismo, a pedra no edifício. Não há corpo orgânico sem a Cabeça, como não pode haver membro real da Igreja fora do Salvador. O velho Adão deu origem à velha ordem. O novo Adão, Jesus Cristo, criou uma nova ordem (Rm 5. 12-21), um novo povo, e os mantém por ação direta na condição de Rei, Salvador e Sumo Sacerdote para sempre.

Conclusão:

O sumo sacerdote na velha ordem levítica era a única pessoa credenciada e habilitada para entrar em contato direto com a divindade uma

vez por ano, levando os pecados confessados e expiados do povo de Deus; trazendo de volta ao coração dos confessantes, substituídos por uma vítima sacrificial, a palavra de perdão. A relação, pois, do homem com Deus dependia do sacerdote intermediador.

Cristo, o verdadeiro Sumo Sacerdote, fez o caminho inverso: trouxe Deus ao homem pela sua encarnação: *E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como a do unigênito do Pai (Jo 1. 14 cf Jo 1.1-3)*. O Santíssimo não mais se oculta dos pecadores, homiziado no Santo dos Santos, à parte da realidade humana, revestido de uma numinosidade inacessível, inatingível. Deus se fez carne para eternamente estar conosco, eliminando todas as barreiras da profanidade e da seletividade (somente para judeus). Ele comeu e bebeu com publicanos e pecadores (gentios) no curso da existência física. Ressurreto, permanece conosco: *E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mt 29b)*. E porque ele está conosco aqui; estaremos com ele na eternidade (Jo 14.3).

Questionário.

- 1- Por que o Sumo Sacerdócio de Cristo vincula-se a Melquiseque?
- 2- Sem genealogia alguém podia ser sumo sacerdote na ordem levítica? Explique sua resposta.
- 3- Enumere algumas diferenças do sacerdócio de Cristo em relação ao sacerdócio levítico?
- 4- Por que o sacerdócio de Cristo é irrepetível? Explique sua resposta.

NONA LIÇÃO - Hb 8.

DA SUPERIORIDADE AO OFÍCIO PERFEITO.

Excelência do ministério sumo sacerdotal de Cristo- Hb 8. 1-6.

Até aqui, o autor da Carta aos Hebreus procurou demonstrar, pelas Escrituras, que Cristo é superior aos anjos, a Abraão, a Moisés e a Arão; todos personagens proeminentes do Velho Testamento e instrumentos ativos da revelação, do sistema legal, da ordem sacerdotal e dos ritos sacrificiais. Todos, segundo o escritor sagrado de Hebreus, tiveram papel relevante, necessário e instrumental na criação da imagem ou figura daquele que haveria de vir, conforme a promessa: Jesus Cristo. Este veio; assumiu todos os ministérios anteriores e os executou, e executa de maneira

perfeitíssima, mostrando ser, realmente, superior aos seus predecessores, que falaram e agiram iluminados ou inspirados por ele, o Verbo. Tudo se consumou e se consuma em Cristo Jesus, porque tudo existiu em função dele e para ele; ele está na origem de todas as coisas, na ação de todos os atos, no processo de todos os fatos.

Sobre o sacerdócio de Cristo, seu tema fundamental, o autor foi até exaustivo, demonstrando suas divinas qualificações para o exercício sumo sacerdotal. Agora ele pretende evidenciar a grandeza, a eficácia, a nobreza, a santidade e a perenidade da mediação sacerdotal de Cristo. Como um ser superior, comparável somente a Deus, sendo ele realmente divino. Em Israel e, conseqüentemente no mundo, não possuía o “direito” de ser Sumo Sacerdote, pois não descendia da tribo de Levi (cf Hb 8.4.)Por outro lado, foi o próprio sumo sacerdote em exercício que o incriminou e o apresentou ao preposto romano, Pôncio Pilatos, para ser condenado à morte. O sacerdócio humano, que havia chegado ao fim, procurou eliminar o verdadeiro Sumo Sacerdote. Morto, mas, para vencer a morte, ressuscitou e assumiu no céu o seu posto devido de Rei e Sumo Sacerdote, assentando-se no trono da divindade e penetrando o santuário celeste, para aí permanecer para sempre, reinando sobre os seus eleitos e intercedendo por eles. Possuímos, pois, um Sumo Sacerdote, muitíssimo superior ao levítico, que se assentou no trono, à destra da Majestade eterna (Hb 8.1); um mediador perfeito e santíssimo, que nos representa autenticamente diante do Rei dos reis no Santuário celeste, onde se localiza o trono do Onipotente.

Ministro do Tabernáculo eterno – Hb 8. 1-5.

O autor da Carta aos Hebreus entende que o verdadeiro tabernáculo existe no céu, exatamente onde Deus está entronizado e de onde comanda todo o universo e, particularmente, o seu povo escolhido. O trono e o altar confundem-se por causa da santíssima presença de Deus. Onde Deus está e de onde rege o universo, a humanidade e a Igreja, é o Santo dos Santos. Neste sacratíssimo local, somente Jesus Cristo, levando um corpo humano, mas de uma humanidade ideal e perfeita, pode penetrar o Santíssimo como nosso Sumo Sacerdote, para exercer a mediação entre o supremo Criador e seus redimidos.

Para o escritor sagrado, cujos preceitos estamos estudando, o tabernáculo terreno e o templo, construídos sob ordenação e administração do Salvador do povo eleito, bem como todos os ofícios sacerdotais exercidos por homens pecadores, são apenas sombras ou projeções do tabernáculo celeste e dos ofícios sacerdotais do Filho de Deus (Hb 8.5). Deus ordenou e o homem executou tanto o templo físico como o sistema antigo de culto. Porém, na nova ordem, O Pai, na pessoa do Filho, fez tudo sozinho, sem a intervenção humana e até contra a vontade dos homens. Contudo, o ser humano não deixou de estar presente na figura

extraordinária de seu representante, Jesus Cristo, na efetivação e perpetuação do novo tabernáculo, o que está no Céu.

Pelo fato de ser divino, e estar ministrando em templo não feito por mãos humanas e, por isso mesmo, imperecível e inatacável; e sendo o Sumo Sacerdote que, para chegar a tal posto, foi antes vítima sacrificial imaculada, o Filho de Deus exerce um sacratíssimo sacerdócio de eficácia indiscutível e eterna duração em favor de todos os seus regenerados (cf Hb 8.5), oferecendo-se a Deus e ofertando-lhe os sacrifícios que, como Cordeiro sem mácula, realizou no Calvário em benefício dos escolhidos do Pai, que a ele foram entregues para remissão e pastoreio (Jo 17.6). O ministério de Cristo começou na terra, onde precisava começar, exatamente no vale mais profundo dos sofrimentos humanos, local dos padecimentos resultantes da queda e dos pecados dominantes, degradantes e extremamente corruptores. Para que o Filho de Deus fosse inserido na massa humana pecadora, necessário se fazia a sua humilhação (Fp 2.5-8). À humilhação profunda do Verbo de Deus segue-se-lhe a exaltação (Fp 2.9-11). Não é o Cristo humilhado que reina sobre nós e por nós intercede junto ao Pai no trono e no tabernáculo celeste, mas o Rei e Sumo Sacerdote vencedor e sublimemente exaltado, o Cristo vitorioso.

Mediador de superior aliança - Hb 8. 6-13.

Depois de demonstrar que Cristo não é sucessor sacerdotal da ordem levítica, não tendo Israel motivo algum para reivindicar para si o seu sacerdócio e, muito menos, de acusá-lo de usurpador sacerdotal, o autor passa a defender a doutrina de que, pela exaltação, entronização no céu e exercício do sumo sacerdócio santo e eterno, Cristo inaugurou uma nova e imaculada aliança da qual é o Mediador (Hb 8.6). A primeira aliança, por depender de homens pecadores, não podia ser efetiva, pois se baseava na fragilidade humana e na perecibilidade de seus agentes mortais. Por causa dos “defeitos” da primeira aliança, Deus em Cristo estabeleceu a segunda, gerenciada do trono e do tabernáculo celestes pelo imaculado, imortal e amorosíssimo Filho de Deus (cf Hb 8.6,7). A tese da “segunda aliança” é defendida com base na profecia de Jeremias 31. 31-34, que deve ser consultada. Como o autor entende que todos os feitos cerimoniais do Velho Testamento são “figuras ou sombras” da realidade, que seria realizada e efetivada na pessoa de Cristo, o Messias prometido, também a primeira aliança foi apenas tipo ou símbolo da que seria implantada pelo Filho de Deus; o que, segundo a sua teologia da aliança, aconteceu, não na terra, como esperam os judeus, mas no céu, sendo de natureza estritamente espiritual.

A velha aliança não foi capaz de manter unido o povo de Deus, nem teve forças para unir as partes cismáticas -Israel e Judá. A segunda aliança, conforme profetizou Jeremias, não seria parcial, mas geral, abrangendo todos os escolhidos de Deus (Jr 31.1). Porém, a totalidade dos eleitos não

se constitui dos escolhidos por meio de Moisés, e retirados de uma única raça, mas de todas as raças, povos e tribos (cf Ap 7.9).

O nosso Sumo Sacerdote, não tendo raízes levíticas ou araônicas, livrou-se do racismo judaico para tornar-se internacional: Cristo, Senhor e Salvador e Mediador de regenerados de todos os povos.

Questionário.

- 1- Por que a primeira aliança não permaneceu?
- 2- Cristo foi Sumo Sacerdote na terra? Justifique sua resposta.
- 3- Que diferenças nota entre os sacerdotes da velha aliança e o Sumo Sacerdote – Jesus Cristo?
- 4- De que tese o capítulo 8 trata? Explique sua resposta.

DÉCIMA LIÇÃO – Hb 9.

O SANTUÁRIO TERRENO – Hb 9.1-10.

O santuário terreno – Hb 9.1-5.

O santuário da primeira aliança era riquíssimo, ressaltando a nobreza do ser adorado e a consagração dos adoradores. E o autor, para ressaltar a magnificência do santuário celeste, descreve o terreno, mostrando que:

- a- Ele era o símbolo litúrgico da primeira aliança, firmada com Deus no Sinai (Ex 24). O outro signo do pacto sinaítico era a lei (Ex 20).
- b- Não foi planejado e erigido por determinação dos adoradores, mas por Deus; evidenciando que o Salvador não recebe culto procedente dos desejos e arbítrios humanos, mas segundo sua vontade e conforme seus princípios. Deus não segue os intentos do homem: este é que, na condição de servo, submete-se às determinações divinas, inclusive nos atos litúrgicos.
- c- Se o ambiente, os móveis, os utensílios e os paramentos sacerdotais, requeridos por Deus, eram requintadíssimos, isto é, elaborados com arte e gosto, utilizando-se material nobre; pode-se concluir que o Criador deseja que os seus adoradores dediquem-lhe o melhor, não somente de entre os materiais, mas também, e principalmente, de entre os homens: os seus dons, conhecimentos e habilidades.
- d- O tabernáculo da velha aliança objetivava demonstrar duas verdades sobre o Deus, que tirara Israel do Egito: Primeira: Javé não é um Deus distante nem inoperante; ele está com seu povo pactuado, mantendo, com seus atos e presença, os termos pactuais, pois é um Deus fiel. Segunda:

Pela riqueza do tabernáculo se avalia a majestade e magnificência de quem tabernacula com os peregrinos do Êxodo, o mesmo Deus encarnado em Cristo Jesus. A centralidade e a nobreza do tabernáculo tipificam a centralidade e a nobreza de Deus para o seu povo escolhido, chamado e acolhido.

e- O requinte, a beleza e sofisticação do tabernáculo terreno é imagem, embora pálida, do tabernáculo celeste, onde se localiza o trono do Rei dos reis e o altar do Sumo Sacerdote, Jesus Cristo.

As barreiras de Acesso a Deus – Hb 9. 2-10.

O tabernáculo, miniatura do que seria o templo, estabelecia o tipo de relação do povo com a divindade, obedecendo esta ordem: Deus > sumo sacerdote > sacerdotes > povo; ou *Santo dos Santos* > *Santo* > *adoradores*. O **Santo dos Santos** era o espaço reservado para Deus. O **Santo** era o local onde ministravam os sacerdotes. Fora, ficava a massa leiga, beneficiária de Deus por meio da mediação sacerdotal e da proclamação da palavra revelada e reveladora.

No Santo dos Santos encontrava-se a arca de ouro, contendo o Maná, a vara de Arão, que florescera, e as duas tábuas da lei (Hb 9.3,4).

O Maná simbolizava a providência divina: Deus alimenta o seu povo material e espiritualmente. Jesus é o pão da vida.

A vara de Arão simbolizava o cuidado espiritual de Deus para com os seus escolhidos. Jesus é o Bom Pastor.

As tábuas da lei simbolizavam o governo e a justiça do Redentor. Jesus é o nosso Rei, nosso supremo comandante.

No Santo dos Santos o sumo sacerdote entrava uma vez por ano, levando o sangue da expiação por ele e pelo povo (Lv 16.11-15 cf Hb 9.13); mas somente podia adentrá-lo depois de cuidadoso cerimonial de purificação, para não correr o risco de ser eliminado. Sua missão era interceder pelo povo, para conseguir da divindade a misericórdia do perdão. O contato do sumo sacerdote com o Santo dos Santos acontecia somente no Dia da Expição(10º dia do 7º mês – final de setembro, início de outubro - cf Lv 23. 26; Nm 29.7).

No lugar Santo, os sacerdotes oficiavam em benefício dos confessantes, oferecendo a Deus as vítimas substitutas de cada pecador confesso.

Os adoradores, pelo lado de fora do tabernáculo, beneficiavam-se das intermediações sacerdotais. Vê-se que, no sistema da primeira aliança, Deus ficava, liturgicamente falando, muito distante dos fiéis. Seu contato se limitava a um encontro anual com o Sumo Sacerdote. Posteriormente, quando Israel fixou-se e o templo foi construído, tal separação acentuou-se, passando a ordem do maior para o menor, ou do superior para o inferior, a ser: Deus > sumo sacerdote > sacerdotes > homens > mulheres > gentios.

Na ponta da exclusão ficavam os gentios, alijados das bênçãos, da proteção e do perdão de Deus.

Por semelhante sistema mantinha-se a aliança, atualizada sempre por meio do ritualismo sacerdotal que, na verdade, era o único meio de comunhão com Deus e recepção do perdão divino. Mas tudo, para trazer o futuro para o presente, isto é, fazer o verdadeiro e ideal acontecer por antecipação. Toda o cerimonialismo ritual era ineficaz, em si mesmos, para a salvação. Quem salva é Jesus, e somente ele. Nele foram salvos todos os eleitos de Deus da velha aliança. Toda a ordem cúltica, com seus variados signos, tipificava o Messias da promessa.

A suficiência de Cristo- Hb 9.11- 22.

Cristo veio sumariar e cumprir tudo que, no Velho Testamento, o tipificava:

- a- Ele é nosso templo; nele, e em seu nome, adoramos a Deus em espírito e em verdade (Jo 2.19 cf Mt 26.61; Mt 27.40; MC 14. 58; Mc 15.29 cf Jo 4.23,24).
- b- Deus em Cristo tabernacula conosco, isto é, caminha com o seu povo, no meio dele, não conduzido por mãos humanas, mas conduzindo o corpo eclesial e cada um de seus membros (Ap 21.3).
- c- Ele é Emanuel – Deus conosco, aquele que come e bebe com pecadores (Mt 1.23 e Lc 15.1,2). Não mais se adora o *Deus oculto no Santos dos Santos*, pois o Filho de Deus está conosco todos os dias (Mt 28.20 cf Mt 18.19).
- d- Ele é nosso Sumo Sacerdote para sempre (Hb 9.11 cf Hb 3.1), que está perenemente no tabernáculo eterno, intercedendo por nós.
- e- Ele não levou sangue alheio para oferecer a Deus; ofereceu o próprio sangue imaculado, pois, para ser Sacerdote, foi antes vítima sacrificial, não oferecida pelos homens, mas a si mesmo se ofereceu (Hb 9.14-22) para purificar os seus escolhidos, pois sem derramamento de sangue não há remissão (Hb 9.22).
- f- Nosso Mediador é Jesus Cristo (Hb 9.15 cf I Tm 2.5; Hb 8.6; 12.24), que faz constante mediação por nós no Santo dos Santos celeste.

Cristo é, para a Igreja, a fonte da vida, a cabeça, a esperança, a mediação, a ressurreição, o consolo, a paz, a graça, a misericórdia, o amor e a justiça. Em Cristo Jesus o povo de Deus, e não somente o clero, exerce um sacerdócio universal em favor de todos os homens (I Pe 2. 9,10). No corpo de Cristo, a Igreja, todos são iguais.

A eficácia do sacrifício de Cristo – Hb 9.23-28.

A arca, o templo, o sacerdócio e os sacrifícios eram símbolos preconizadores e antecipadores da promessa, que se realizaria na pessoa divino-humana de Jesus Cristo. Porém, como entende o autor da Carta aos Hebreus, a vida, o ministério, a paixão, a morte, a ressurreição e a exaltação de Cristo causaram o fim da velha ordem soteriológica, inclusive

com a destruição do templo e do tabernáculo, e a conseqüente revelação do tabernáculo celeste junto ao trono de Deus, onde o Messias penetrou e ministra perenemente como Sumo Sacerdote. Este santuário não é produção humana e nem homem falível e mortal algum oficia nele, pois está no exercício sacerdotal eterno o próprio Deus na pessoa de Jesus Cristo (Hb 9.24). Cristo, o Sumo Sacerdote supremo criou e mantém um corpo sacerdotal do qual é a única cabeça, a Igreja.

Na velha ordem, ou primeira aliança, havia morte para cada pecado confessado. Cristo, não tendo pecado a ser confessado, e oferecendo ao Pai o sacrifício, com derramamento de sangue, e de sua própria vida, eliminou os intermináveis sacrifícios, pois, assim como o homem morre uma só vez, vindo depois o juízo, também o Filho do Homem morreu expiatoriamente uma só vez para expiar os pecados de todos os que lhe são entregues (Hb 9.24-28). A eficácia do sacrifício do Cordeiro imaculado é claramente explicitada neste capítulo. E não há como negar tal doutrina, em virtude de sua sólida fundamentação bíblica.

Questionário

- 1- Para que eram e para que serviram o tabernáculo e os rituais de sacrifício da antiga aliança?
- 2- Deus, no Velho Testamento, era inescrutável e inacessível. Como tudo mudou? Explique.
- 3- Por que a Igreja não precisa mais de sacerdotes?
- 4- As inumeráveis mortes sacrificiais foram substituídas por uma só, a de Jesus Cristo. Por que?

DÉCIMA PRIMEIRA LIÇÃO – Hb 10

FIDELIDADE PERMANENTE

Ineficácia dos sacrifícios antigos Hb 10.1-18.

O que é sombra não pode ser, ao mesmo tempo, real e, não sendo real, sua ineficácia direta é óbvia. O poder de convicção da promessa e a força da fé sedimentada na certeza e firmada na esperança davam aos tipos e símbolos senso de antecipação da realidade messiânica. O antítipo, porém, perdura e tem sentido enquanto não aparecer a coisa tipificada. A emergência da nova ordem, promovida pelo mesmo Deus que prescreveu a velha, tornou sem efeito o que anteriormente era apenas símbolo(Hb 10.1,2). Os sacrifícios, repetidos intermitentemente ano após ano,

cessaram, pois não conseguiram, efetivamente, eliminar definitivamente os pecados individuais e coletivos (Hb 10.2-4). Além do mais, o culto ritualista tornou-se, no decorrer dos tempos, muito formal e inconvenientemente clerical, a ponto de o próprio Deus cansar-se de sacrifícios despidos de significados reais, internos, sentimentais e espirituais (Hb 10.5-7 cf Sl 40.6-8; Sl 51.16,17; Is 1.10-20). Além do mais, sangue de animais irracionais não podia continuar, realmente, perdendo pecados (Hb 10. 3,4), pois os transitórios, nos planos de Deus, são efetivamente temporários. Nossos pecados são expiados, não com sangue de bodes, mas pelo derramamento do precioso sangue do Cordeiro de Deus – Jesus Cristo (Hb 10.10).

O sacerdote tinha de repetir os sacrifícios, pois eles não removiam, de fato, a culpa (Hb 10.11). O sacrifício de Cristo foi único, porque as pessoas pelas quais ele morreu adquiriam vida nele para sempre. Sua morte trouxe vida eterna ao mundo (Hb 10.12,13). Deus não faz retornar à vida do regenerado a culpa perdoada (Hb 10.17). O perdão salvador é definitivo, embora os salvos necessitem do perdão diário de Deus para as suas desobediências, pois, como filhos, jamais atingem a perfeição filial requerida por seu santíssimo Pai.

A nova aliança não se fundamenta, como a velha, em bases simbólicas transitórias, pois não depende de formas externas estereotipadas. As leis de Deus são implantadas no coração do servo regenerado (Hb 10.16-18). Temos em Cristo o Salvador real, o que nos confere a certeza da graça salvadora e a regeneração, que Deus efetivou em cada um de Seus redimidos.

Em Cristo, temos Acesso a Deus – Hb 10. 19 -25.

No velho concerto, o Santo dos Santos era vedado aos membros da comunidade israelita; somente um homem especial, criteriosamente selecionado, tinha acesso ao esse lugar sacratíssimo, um restrito espaço divino inserido no universo humano. Deus, que habitava o tabernáculo, agora habita conosco, não somente ao nosso lado, mas no interior de cada um de nós pelo Espírito Santo. A inserção de Deus, por meio de Cristo, na realidade humana possibilitou o “acesso pessoal e visível” da divindade ao universo humano. Não podendo o homem ascender a Deus e aos céus, este desceu até nós na Segunda Pessoa da Trindade. Ao tomar corpo humano, Deus humanizou-se, eliminando a barreira entre o espiritual e o material, o divino e o humano. O sangue que o pecador deveria derramar, o Filho do Homem derramou por ele. Deste modo, todos os que “estão em Cristo” são apresentados a Deus como vítimas, pois todos morreram na pessoa da Vítima Vicária (Hb 10. 19-22 cf II Co 5.14,15). O crente está seguro em Cristo Jesus, não porque ele se sustenta na fé, mas porque é sustentado pelo Salvador que o salvou, regenerou, justificou e o preserva em seu regaço (Hb 10.22,23).

O acolhimento amoroso e incondicional do Salvador cria em nós o senso de fidelidade a Deus, o espírito de comunhão com os irmãos e a mútua cooperação dos membros do corpo de Cristo, a Igreja (Hb 10.23,24). O Cordeiro nos atrai, vincula-nos à sua pessoa, unifica-nos nele, e irmana-nos na fraternidade dos eleitos, a Igreja. Cada crente é conselheiro de seu irmão, não para censura ou crítica destrutiva, mas auxílio, consolo, conforto e instrução religiosa; tudo para que haja firmeza e confiança no coração de todos. Assim, não seremos volúveis, passando de denominação a denominação (Hb 10.25).

O Perigo do pecado voluntário - Hb 10.26-31.

O autor retorna ao tema da apostasia seguida de traição discutida no capítulo 6. 4-8. Certamente, como já notamos anteriormente, acontecia um retorno de cristãos, que se “converteram”, movidos pelo entusiasmo e pela emoção, às superadas e eliminadas práticas judaicas, que Paulo chama de rudimentos podres (cf Gl 4.8-11). Associar o velho com o novo é como colocar vinho novo em odre velho (Mt 9.17). A Igreja, por outro lado, estava sendo submetida à perseguição de Nero (64 d. C), e o autor tinha conhecimento de numerosos cristãos que, para preservarem a integridade física, negavam a fé em Cristo, quando pressionados e torturados pelos algozes romanos. A vida no mundo, insegura por natureza, não podia ser preferida à celestial sob o cuidadoso amor e terna proteção do Rei Jesus. Não há motivo algum, nem a morte, que justifique o abandono da vida espiritual eterna, trocada pela natural, mortal e sujeita ao pecado e às tentações demoníacas. O cristão podia entender que cair nas mãos de um déspota como Nero era terrível; porém, quem escapasse por convalida apóstata das garras do imperador romana, certamente cairia nas mãos do supremo Juiz, o que seria muitíssimo pior: *Horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo* (Hb 10.31). Se a apostasia na velha ordem era punida com extremo rigor (Dt 17.6; 19.15), o que dizer do apóstata da fé cristã (cf Hb 6.4-8). O crente é nova criatura, retirada do mundo definitivamente, para servir o Rei dos reis eternamente. Quem deixa o ambiente puro da companhia de Jesus em sua Igreja, retornando ao mundo, é como um cão que volta ao vômito ou uma porca lavada que retorna à lama (II Pe 2.22).

Perseverança na luta da fé – Hb 10. 32-39.

O autor fala de crentes que se mantiveram firmes, mesmo quando foram dominados e castigados, inclusive com seqüestro de seus bens (Hb 10.32-35). O conforto dos bens materiais, a ausência de oposição, a falta de luta podem levar ao ócio, ao descuido da vigilância, ao enfraquecimento espiritual. Barclay nos conta que Aníbal, o general cartaginês, foi o único que venceu o poderosíssimo exército romano, reconquistando Cartago. O inverno chegou, e Aníbal resolveu premiar seus valorosos soldados com “merecidas férias” na cidade de Cápua, que havia sido recapturada. Os soldados deram-se aos prazeres, ao relaxamento físico, às comidas fartas,

às guloseimas. Enquanto isso, os soldados romanos mantinham-se em duríssimos treinamentos, inclusive para vencer os rigores da temperatura. O inverno passou; veio a primavera. A guerra recomeçou. Os soldados de Anibal estavam gordos, flácidos, lentos. Foram desastrosamente batidos, e seu país foi reconquistado¹. O cristão está em uma batalha diuturna; não pode “baixar a guarda” para o mundo, a carne, a morte e o Diabo. Quando a Igreja se descuida, enfraquece, possibilitando a vitória do mundo. Temos de ouvir o teólogo de Hebreus, mantendo-nos na batalha sem esmorecer, porque precisamos:

- a- Manter viva nossa esperança. O atleta que não se exercita, não vence.
- b- Sustentar a batalha com vigor e coragem, para não sermos vencidos. Na luta, somos fortalecidos, nossos mecanismos espirituais de defesa e ataque desenvolvem-se e se aprimoram.
- c- Devemos ter um objetivo definido; e o nosso é a mansão celestial. Uma pessoa sem objetivos não tem estímulos para luta.

Questionário

- 1- Por que devemos perseverar até o fim?
- 2- O crente tem motivos para se decepcionar com Cristo?
- 3- Por que a vida eterna, que almejamos, é melhor que a temporal?
- 4- **Você acha que a Igreja luta realmente por Cristo ou por si mesma? Desenvolva a resposta.**

1- William Barclay e, Hebreus – El Nuevo Testamento, pág. 135, Editora Aurora, Buenos Aires, 1975.

DÉCIMA SEGUNDA LIÇÃO – Hb 11

A FÉ – NATUREZA E HERÓIS

A natureza e a necessidade da fé³ – Hb 1. 3,6.

³ - O termo traduzido por “certeza”, no original grego é “hypóstasis” que, literalmente, significa “substância”, que tem relação com “realidade” e, portanto, com certeza.

Há teologia filosófica ou dogmática entende que a fé pode ser: a- Um dom natural do “homem religioso”, isto é, o ser humano é religioso por excelência e, como tal, crê em seres transcendentais. b- Uma opção cognitiva ou racional: o homem tem a faculdade de escolher, inclusive a divindade que quiser. c- Uma aquisição cultural, que só é possível com a idade da razão.

A fé, segundo o romanismo, pode ser “fides informis”: fé sem conhecimento racional dos fatos teológicos; e “fides formata”: fé lastreada pelo conhecimento doutrinário, especialmente as doutrinas da igreja.

Para a Igreja Presbiteriana, fé é um carisma da graça (Ef 2.8).

Introdução. Não se deve confundir fé com crença. O homem gera sua própria crença ou a recebe do meio em que vive. Uma vez gerada ou adquirida, ele pode depositá-la em alguma pessoa, autoridade, força ou poder fora dele. Nesse sentido, todos os seres humanos crêem em alguma coisa, apegam-se ao “objeto” da crença, alguns até fanaticamente; outros possuem apenas assentimento mental, não incorporando a crença aos seus métodos e filosofia de vida. Semelhante crença nada tem a ver com verdadeiro relacionamento com Deus. Até os demônios crêem que Deus existe como ser único e poderoso (Tg 2.19). A crença pode ser politeísta, e frequentemente o é, mas a fé bíblica centraliza-se da Trindade, sendo monoteísta e teocêntrica. A fé real só tem um alvo, Deus. Esta não pode ser confundida com crença monolátrica a deus falso ou devoções policêntricas.

A fé não é de natureza mental, isto é, não emana da racionalidade humana, não é fruto da experiência, não é herança cultural, não é resultado da necessidade que o homem tem de superar-se a si mesmo, de penetrar o além, de manter contato com seres de outro mundo, de garantir a sua sobrevivência depois da morte. Fé é dom de Deus, uma dádiva da graça divina aos eleitos⁴, o meio que Deus usa para dirigir as vidas de seus servos, fazendo-os andar conforme sua vontade. O regenerado não somente crê em Deus, mas também, e principalmente, deposita nele a fé que dele recebeu.

A fé, embora seja um dom divino, opera por meio do intelecto do crente, pois não age fora do consciente do regenerado, embora seja revelada. Ela se incorpora à existência da nova criatura em Cristo, passando a ser-lhe natural e necessária à expressão de sua comunhão indissolúvel com o seu Salvador (cf Rm 8. 31- 39). O crente tem vida própria, autêntica, absolutamente humana e real, não como ser isolado ou apenas humanizado, mas porque Deus em Cristo domina seu interior, vive nele. Assim entendia Paulo: *Logo, já não sou eu mais quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver, que agora tenho, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim (Gl 2.20)*. Em resumo: A fé é meio pelo qual Deus atua nos seus servos e por meio deles, resultando disso a sua conseqüente operosidade, mas de maneira natural. O homem foi criado para ser de Deus e relacionar-se com ele. O regenerado, portanto, ao contrário do que muitos pensam, não se torna um autômato nas mãos do divino, mas tem sua mente liberta para detestar o mal o optar pelo bem e afinar a sua vontade com a de seu Criador, pois se torna capaz de interagir com ele por meio do Espírito Santo que lhe foi outorgado pelo Filho.

A fé segundo Hebreus Hb 11.1-3,6). O autor encerra o capítulo 10, dizendo que “somos da fé para a conservação da alma” (Hb 11.39 in fine);

⁴ Cf Institutas de Calvino, Livro III. II, §§ 28 a 37, CEP, 1ª Ed, 1989, SP.

e começa o capítulo 11, afirmando que “a fé é a *certeza* de coisas que se esperam, a *convicção* de fatos que se não vêem”.

Certeza. A mulher tem certeza que vai dar à luz um filho, pois está grávida, e tudo corre bem com ela e com o feto. Assim é o crente: Deus implantou nele a graça; suas relações interativas com o Salvador vão bem; há entre ele e seu Criador perfeita harmonia, decorrente da entronização do Espírito Santo em seu interior, e isto de tal modo que ele sente que “Cristo vive nele”. É porque o *transcendente* habita nele, a certeza de todos os bens futuros da promessa não são abstrações, mas realidades já presentes, e que influenciam seu modo de vida, de pensar e de falar. O crente não é apenas um espectador do céu; o futuro já existe nele, o eterno já se apossou de sua vida. O servo de Cristo, exatamente como seu Senhor, milita neste mundo, mas a ele não pertence. Outra causa da certeza convicta da fé está no penhor e selo do Espírito, garantias de espiritualidade, esperança e certeza das dádivas porvindouras prometidas por Cristo (Cf 1. 13, 14; II Co 1. 21,22)

Convicção. Eu não preciso ver materializados o amor, a justiça, a fidelidade e a dignidade. Tenho convicção de que tais virtudes existem e são absolutamente reais na minha mente e nos meus sentimentos. Por outro lado, não vejo a incrível velocidade da luz (300.000km/seg), mas creio na sua existência, pois homens competentes, cientistas, pesquisadores habilitados sustentam sua realidade. Assim, o que não posso ver com os olhos físicos, percebo com os da fé, firmado no que as Escrituras dizem, porque nelas e por elas Deus me fala de maneira convincente. Creio em Deus e em tudo o que ele me revelou pela sua Palavra e pela encarnação de seu Filho. Se Deus afirma que há vida além da biológica, que o universo (visível e invisível) foi criado por ele do nada, eu aceito tais verdades sem qualquer sombra de dúvida: ai de mim se duvidar de meu soberano Criador, de quem sou servo (doulos) (cf Hb 11.3).

A fé não é assentimento mental, nem “salto no desconhecido”, como entendia Soren Kierkegaard, nem impulso místico do “homem religioso”, nem esforço para se conquistar a divindade; a fé é dom de Deus aos seus eleitos. O réprobo não pode ter fé verdadeira, mas apenas crença, geralmente em falsos deuses ou ícones sacramentados.

Sem fé é impossível agradar a Deus – Hb 11.4-7.

Pela fé Abel ofereceu melhor culto a Deus que seu irmão Caim. De fato, o culto que se oferece a Deus é fruto da fé, pois se realiza em “espírito e em verdade”, isto é, sem qualquer materialização da divindade. A fé valida o culto, quando este é realmente expressão do que Deus requer do adorador. O testemunho de Abel, isto é, o adorador de fé, ainda nos fala, chama a nossa atenção para o fato de que o culto existe para agradar a Deus, não ao cultuador (cf Rm 12.1,2).

Enoque agradou a Deus, e, em decorrência de sua submissão à divindade, não experimentou a morte (Hb 11.5). Ainda hoje, quem andar com Deus nos caminhos de Cristo não provará a morte eterna; e o óbito físico será temporário, segundo a promessa.

Os dois exemplos levaram o autor a concluir: “De fato, sem fé é impossível agradar a Deus” (v.6). A fé, sendo o instrumento divino pelo qual o supremo Rei dirige seus súditos, sem ela é impossível o servo agradar o seu Senhor. O crente anda por fé porque é dirigido pelo Espírito Santo (Rm 8.14).

Pela fé Noé, revelado por Deus sobre um dilúvio que haveria de vir para punir a incredulidade dos homens, construiu uma arca e, por meio dela, preservou sua família e as espécies animais (cf G. 13-22). Não havia nenhuma evidência externa de que tal dilúvio acontecesse. Para Noé, porém, era fato real, pois Deus o afirmara. Ele, contra a opinião de todos, deu ouvidos somente a Deus. Aqui se esclarecem e se concretizam a verdade sobre a “certeza” e a “convicção” da fé.

Anterioridade e operosidade da fé.- Hb 11.11. 8- 22.

Antes do advento de Moisés e da lei, Deus já conduzia os seus eleitos por meio da fé, isto é, atuando no interior do homem pelo Espírito Santo. O controle da alma e da mente pela fé produziu, antes e depois da lei, os mais consagrados servos de Deus como, por exemplo, os patriarcas, os juizes, os profetas e tantos outros.

Abraão, sem qualquer antecedente, ouviu a voz de Deus e nela depositou irrestrita confiança. Obedeceu a ordenação divina para separar-se da família e abandonar sua terra. Partiu sem saber para onde ia, mas estava convicto, não de seu destino final, mas da existência e autoridade suprema de quem o ordenara e o dirigia. Mesmo peregrinando como estrangeiro na terra prometida, habitando em tendas (moradas precárias e provisórias), não desanimou, não retrocedeu, não perdeu a fé, porque levava consigo a esperança da terra prometida (vs 9,10,13,16).

Sara, sua esposa, embora duvidasse inicialmente, submeteu-se, e foi a mãe do filho da promessa em avançada idade (cf Gn 18.11-14; 21.2).

Uma prova de fogo. Deus, para provar a fé de **Abraão**, ordenou-lhe que sacrificasse seu Filho Isaque, a única esperança de linhagem da promessa. Ele obedeceu, mas Deus impediu-o de sacrificar o seu herdeiro (cf G 12.1-5; 27.27-29, 39-40). Ficou definitivamente evidenciado que Abraão realmente confiava em Deus; e quem confia, obedece.

Isaque. Pela fé Isaque abençoou seus filhos, Jacó e Isaú, preconizando o que eles haveriam de ser e de realizar (v 20).

Pela fé Jacó abençoou os filhos de José e, adorando a Deus, morreu (v 21).

José. Pela fé José profetizou o êxodo dos filhos de Israel, e ordenou a transladação de seus ossos para a terra da promessa (Gn 50.24,25), quando o retorno acontecesse.

Moisés, o grande líder, foi preservado pela fé e conduzido por ela (v. 23 cf Ex 2,2).

No entendimento do autor não há acaso para Deus: os eventos e seus agentes são preordenados e, por isso mesmo, tais protagonistas agiam segundo as determinações divinas, isto é, pela fé. Foi o caso de Moisés, tanto no que concerne o seu nascimento quanto em seus gestos e atitudes em favor de seu povo, trocando as glórias do Egito pelos sacrifícios de servir sua gente. Para ele, o seu galardão estava em Deus (Hb 11.24-26). Foi ainda pela fé que ele atravessou o Mar Vermelho e instituiu a Páscoa, pela qual salvou os primogênitos de seus irmãos (Hb 11.27-29).

A fé, portanto, deu origem aos primeiros santos do Velho Testamento e operou, por meio deles, os mais extraordinários eventos da história de Israel como o Êxodo, incluindo a conquista de Jericó, a intervenção de Raabe e os ministérios de juízes e reis como Gideão, Baraque, Sansão, Jefté, Samuel, Davi e os profetas (cf Jz 6.2 a 8.22; Jz 4.6 a 5.31; Jz 13.2 a 16.31; Jz 11.1 a 12.7; I Sm 16.1; I Rs 2.11; I Sm 1. a 25.1) Estes e outros foram heróis guerreiros, conquistadores, mas também sofredores; passaram por humilhações inomináveis, perseguições, torturas e execuções; andaram errantes por lugares ínvios. Eram homens e mulheres dos quais o mundo não era digno, mas não foram aceitos e, mais do que não aceitos: odiados ao extremo. Todos, porém, agiram pela fé, impulsionados por Deus, e não obtiveram os benefícios imediatos do testemunho que deram, nem a concretização da promessa, mas foram nossos antecessores (Hb 11.31-40).

Conclusão: A fé não apareceu com o Cristianismo, mas foi seu antecedente necessário. Não haveria povo de Deus se não houvesse fé; e não haveria fé, se Deus não a concedesse aos seus eleitos, chamados e comissionados a vários ministérios. O justo vive e anda pela fé. A certeza da fé é operada no crente pelo Espírito de Deus que nele habita.

Questionário.

- 1- A certeza da fé vem do homem ou procede de Deus? Justifique sua resposta.**
- 2- Qual é melhor: o controle da lei ou da fé? Por quê?**
- 3- Por que sem fé é impossível agradar a Deus? Desenvolva mais sua resposta.**
- 4- Quem é o pai da fé e por quê?**

- 5- **Antes do cristianismo a fé já operava. Enumere alguns de seus feitos?**

DÉCIMA TERCEIRA LIÇÃO – HB 12.

CRISTO, NOSSO SENHOR E MODELO.

Devemos imitar a perseverança de Cristo – Hb 12.1-3.

Nossos ancestrais, pessoas de fé, dos quais fala o autor no capítulo 11, apenas com a promessa da graça, perseveraram nas perseguições em terras estranhas (Hb 11. 34-39). Mais motivo temos para perseverar, pois somos beneficiários da consumação de tudo que se tipificou no Velho Testamento: A vinda do Messias, a implantação de seu reino, o acesso de todos ao Santo dos Santos, o Deus encarnado, a certeza da herança do reino porvir no coração de cada eleito regenerado, a união de todos os eleitos em Cristo Jesus, a habitação do Espírito Santo em nós e a revelação plena consumada em Cristo e registrada nas Escrituras.

A liberdade de crer. Somos os atletas na arena da fé sob o testemunho e o aplauso de todos os heróis do passado, homens e mulheres dos quais o mundo não era digno. Eles nos entregaram o bastão para a corrida final, e assim como lutaram para que nós vencêssemos, devemos, como bons e treinados atletas de Cristo, desembaraçar-nos das coisas que possam impedir nosso triunfo, especialmente o pecado que nos assedia, oprime-nos, fragiliza-nos e prejudica nosso desempenho cristão. A razão de ser e de existir da Igreja é Jesus Cristo, mas é também o seu alvo na jornada da fé; fé que ele gerou e consumou em seu novo povo. Todas as bênçãos que desfrutamos hoje, foram conquistadas por Cristo na agonia da paixão e no suplicio do Calvário. Agora ele está vitorioso, exaltado, glorificado como o supremo Rei da Igreja e do universo, mas tudo com muitíssimo sacrifício(Hb 12.1-3). Somos o povo peregrino e padecente, porque Cristo peregrinou e peregrina conosco no curso da vida terrena, levando-nos, em marcha triunfal, para a Terra da Promissão, a Pátria Celeste.

A disciplina paterna de Deus – Hb 12. 4-13.

“Filho meu, não menosprezes a correção que vem do Senhor, nem desmaies, quando por ele és reprovado; porque o Senhor corrige a quem ama e açoita a todo filho a quem recebe. É para disciplina que perseverais (Deus vos trata como filhos); pois que filho há que o pai não corrige?” (Hb 12.5b, 6). Alguns cristãos entendem que o servo de Deus está livre de sofrimentos, mas não é isso que as Escrituras nos ensinam por palavras e por testemunho dos servos sofredores, inclusive o maior sofredor, Jesus Cristo. O crente está sujeito aos sofrimentos naturais de todos os seres humanos, aos sofrimentos acidentais, decorrentes da luta pela vida, aos

sofrimentos provenientes da disciplina de Deus, pois não há filho que não erre, e não há erro sem a devida disciplina do Pai educador, cuidadoso e amoroso.

Deus, Pai zeloso. Guardemos bem esta verdade: Deus é nosso Pai; e por esta razão, cuida de nós com amor, mas também com disciplina, sempre que nos transformamos em filhos rebeldes e desobedientes. Não sabemos que tipo de disciplina ele nos aplica, mas sabemos que aplica; e ficamos consolados por duas razões: Primeira, ele quer que sejamos melhores do que somos. Segunda: Quanto mais disciplinados, melhores filhos de Deus nos tornamos. Paulo, que tinha uma enfermidade terrível, que o Salvador não quis curar, diz que “o poder se aperfeiçoa da fraqueza” (fraqueza física pela doença - II Co 12.8-10). Quanto mais perseguida, mais recriminada, mais sofredora, tanto mais forte e mais santa a Igreja se tornava. O mesmo Deus que nos disciplina, quando erramos, também nos fortalece na vida diária de servos e nos habilita para cada batalha (Hb 12.12,13).

Apelo à paz e à santificação – Hb 12. 14-17.

O testemunho dos antepassados, o exemplo de Cristo e a disciplina de Deus, nosso Pai, condicionam-nos a uma vida comunitária harmônica, consensual, fraternal e santa para a glória do Senhor Jesus e para nosso próprio bem. A santificação é obra do Espírito Santo em nós, que provoca nossas ações beatíficas, nosso crescimento na graça e no testemunho cristãos, para que o Senhor “seja visto” e sentido por nós (Hb 12.14,15). Um servo de Cristo não pode deixar-se dominar pelo pecado e contaminar-se com as mazelas do mundo. Por outro lado, aparecendo no Corpo de Cristo, a comunidade da fé, pessoas impuras e profanas, à semelhança de Esaú, que não aceitarem a correção da Igreja, devem ser excluídas (cf Mt 18. 15-17), pois na comunhão dos eleitos em Cristo não há lugar para réprobos. A família de Jesus é constituída de pessoas eleitas, chamadas, justificadas, regeneradas, santificadas (e santificando-se). Nela o pecado, embora exista, mas está sempre e sistematicamente sendo combatido e, pela misericórdia de Cristo, derrotado no corpo eclesial e na vida de cada um de seus membros reais.

Diferenças entre Sinai e Sião – Hb 12.18-24.

O Sinai- Hb 12.18-21. Deus no Velho Testamento, estava em um nível infinitamente superior aos de suas criaturas humanas, no universo espiritual, destituído de qualquer materialidade. Entre o espiritual e o material, o divino e o humano, não podia haver contato, pois as relações entre Deus e os pecadores estavam interrompidas; havia uma intransponível barreira entre ambos (cf Gn 3.23,24). Nem com os mais acentuados esforços e a mais acendrada luta para evitar o pecado e fugir do mal e da malignidade, nem o mais decidido plano de se atingir o céu (cf Torre de Babel), o homem conseguiria chegar-se a Deus, retornar ao “Paraíso

perdido”. Sendo o homem totalmente inábil para reconciliar-se com Deus, este decidiu “aproximar-se” redentoramente dos alienados pecadores. No Velho Testamento, porém, a “presença do divino” era insuportável aos humanos; e a aproximação do Deus abscondido, do “mistério tremendo”, do “numinoso”, representava um risco para seres naturais desqualificados e frágeis. Até um “escolhido”, como Moisés, ficou aterrorizado (Hb 12. 21 cf 9.19). O encontro do espiritual com o material, do eterno com o mortal, foi contundente e perturbador, havendo manifestações naturais inusitadas e atemorizantes como: fogo ardente, trevas, tempestade, clangor de trombeta, palavras poderosas e insuportáveis, que ouvidos humanos não podiam suportar (Hb 12.18 -20 cf Ex 19. 16-22; 20. 18-21; Dt 4.11,12; 5.22-27); presença de Deus, por si mesma excludente da presença humana (Hb 12.21). O Sinai, mesmo para o selecionado Moisés, foi quase insuportável. Deus, com todos os seus atributos, pertencente à esfera do divino, longe estava da humanidade. Seu esforço de aproximação foi um gesto de amor, caridade e graça, mas a massa leiga ficou privada da presença direta do transcendente por insuportabilidade. Assim, o Sinai, embora benéfico, não foi suficiente para remissão dos pecadores. O homem era inabilitado espiritualmente para conceber, aceitar e seguir a lei.

Sião – Hb 12. 22-24. Se na velha aliança o povo não teve acesso ao Monte Sinai para desfrutar da presença de Deus; na nova, todos os eleitos redimidos têm ingresso ao Monte Sião, onde Deus em Cristo ofereceu-se por nós e, por intermédio daquele que é o caminho, a verdade e a vida, as portas da cidade santa celeste, onde o trono de Deus se encontra, foram abertas a todos os servos verdadeiros de Cristo. Assim, a Igreja padecente na militância terrestre tem a “certeza da fé” de que sua possessão eterna e sua inclusão na “universal assembléia” dos santos, junto a “incontáveis hostes de anjos, estão garantidas. Portanto, a Igreja dos primogênitos, isto é, a Igreja dos herdeiros de Deus, está arrolada nos céus sob o juízo de Deus e a mediação do Messias, segundo a nova, perfeita, definitiva e superior aliança, firmada, sustentada e eternizada pelo derramamento do imaculado sangue do Cordeiro (Hb 12.22). Todas estas maravilhas em benefício dos escolhidos não lhes custou sacrifícios pessoais, pois Cristo sacrificou-se por eles. A bênção de acesso ao Monte Sião somente nos é possível, porque o Filho de Deus esvaziou-se de sua glória inacessível, humanizou-se e habitou conosco. Deus, portanto, para ter acesso aos homens, fez-se homem (cf Fp 2.6-8). Todos os eleitos, sem temor, estão em contato direto com Deus em Jesus Cristo por instrumentalidade do Espírito Santo.

Nossa comunhão com Deus – Hb 12.25-29.

O mesmo Deus que falou na antiga aliança, fala a nós hoje. Temos a obrigação de ouvi-lo. Quem não o quis ouvir no velho concerto, pereceu. De igual modo, a sua Palavra encarnada em Cristo Jesus, e a nós exposta,

exemplificada e comunicada por ele, não pode ser olvidada nem descumprida (Hb 12.25,26). A palavra final do Verbo removeu as coisas removíveis do pacto mosaico, mas manteve tudo que era permanente. O reino político de Israel chegou ao fim, mas o reino espiritual de Cristo, do qual fazemos parte, é inabalável e eterno. Dele somos súditos, e lhe devemos irrestrita fidelidade e serviço, mas com alegria e desprendimento; também com reverência e temor, pois “o nosso Deus é fogo consumidor! (Hb 12. 28,29 cf Dt 4.24).

Não há bênção sem sacrifício; não há glória sem dever.

Questionário.

- 1- **Quem é o nosso modelo e por quê?**
- 2- **Por que Deus disciplina o crente? Comente sua resposta.**
- 3- **Quais as diferenças entre Sinai e Sião?**
- 4- **Recebemos um reino inabalável ou não? Explique sua resposta.**

DÉCIMA QUARTA LIÇÃO – Hb 13.

DEVERES E RECOMENDAÇÕES.

Deveres fraternais – Hb 13. 1-6.

A hospitalidade. A hospitalidade, no entendimento do autor, é o acolhimento dos irmãos, a hospedagem. Naqueles tempos de perseguição, o lar cristão era um abrigo, um aconchego, uma proteção, uma oportunidade de servir à causa do Evangelho, uma possibilidade de troca de experiências e informações sobre a nova fé e a Igreja. Abraão hospedou anjos (Gn 18.1-8 cf Gn 19.1-22; Jz 6. 11-23; Jz 13.3-21), mas hoje, o risco de hospedar “demônios” é muito grande. Toda prudência é pouca. Não devemos acolher em nossos lares pessoas que “se apresentem como irmãs”, mas que sejam desconhecidas e sem recomendações confiáveis. Por outro lado, as nossas residências estão ficando cada vez menores: casas pequenas e apartamentos apertados. Se o irmão proceder de regiões distantes e carecer de hospedagem, o mais prudente é a Igreja hospedá-lo em hotel ou pousada, depois de certificar-se de sua origem e de sua filiação em uma comunidade presbiteriana. Membro de outra Igreja, deve procurar abrigo e apoio em sua comunidade de origem.

Uma coisa é a hospitalidade, isto é, o acolhimento em nosso lar de irmãos viajantes, especialmente missionários (cf Mt 25.35); outra, a caridade. Temos a obrigação de ser caridosos até com os nossos inimigos (Rm 12.20). Não devemos introduzir em nosso lar um inimigo pessoal e

adversário de Cristo e de seu povo. Guardemos a recomendação de João: *Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebais em casa, nem lhe deis as boas vindas (II Jo, v. 10)*. Um falso mestre e um mundano ateu ou herético pertencem à mesma classe: a dos que rejeitam o Salvador e seus escolhidos.

No tempo do autor, não havia hotéis, e os alojamentos eram públicos, promíscuos, precários e perigosos, destinados a peregrinos, viajantes comerciais e mercadores ambulantes. Em nossos dias muitas pensões, pousadas e hotéis de várias categorias oferecem um razoável grau de segurança e familiaridade.

Os encarcerados (v.3). Aqui também se trata de encarcerados cristãos, numerosos no tempo do autor. Eram presos exatamente por serem servos de Cristo, o "Kyrios" (Senhor) da Igreja. Assim, cada irmão deveria sentir a penúria e as dores de seus conservos injustiçados. Os presos por ideologias políticas merecem nossas visitas e carecem de nossas orações; atitudes que podemos ter também com relação aos exilados por quaisquer motivos. Porém, as cadeias de hoje contêm criminosos de altíssima periculosidade: ladrões, latrocidias, estupradores, assassinos, traficantes de drogas, seqüestradores e pedofílicos, pessoas desumanas e extremamente cruéis. Há entre eles presos "inocentes" e praticantes de subtrações (furtos) famélicos; por esses devemos orar e a eles ajudar, quando possível; especialmente por meio da Igreja.

O Matrimônio (v. 4). A ênfase no matrimônio e na fidelidade conjugal tem dois objetivos: Primeiro, ensinar que a união matrimonial, no contexto da família da fé, é uma ordenança divina, muito diferente do acasalamento entre os carnais. Segundo, ressaltar o simbolismo verossímil e analógico do consórcio ente um homem e uma mulher com a união de Cristo com sua Igreja (cf Ef 5.22-33).

Os lares bens constituídos são as células vitais da sociedade, a base da Igreja de Cristo, a baliza dos descendentes, a fonte pedagógica e espiritual dos filhos. Cumpre à Igreja estimular o casamento e lutar pela manutenção e perpetuação dos vínculos conjugais e preservação da fraternidade doméstica.

A avareza (v. 5). A avareza é idolatria (Cl 3.5; Ef 5.5). Pois o avarento apega-se fanaticamente aos bens materiais, tornando-se incapaz de qualquer liberalidade para com Deus e para com o semelhante. O avarento pensa que só de pão vive o homem, esquecendo-se de que a parte mais importante do ser humano é a espiritual. Quem não se alimenta com a Palavra de Deus, com a comunhão da Igreja e com a oração, comete abstinência e até pode chegar ao suicídio espiritual.

O servo de Cristo confia em seu Senhor e dele espera proteção. Contra o protegido de Deus nada pode fazer o seu inimigo (v.6).

O Líder e os liderados – Hb 13.7, 8.

Cristo instituiu líderes espirituais sobre o seu povo. Olhando o passado, verificamos que os verdadeiros ministros de Cristo foram homens inteiramente consagrados ao Salvador, ao Evangelho e à Igreja, relegando suas vidas pessoais à segunda plana. Além do mais, foram pessoas de fé comprovada pela palavra e pelo testemunho. Ainda hoje, a Igreja possui pastores dignos de honra e, assim como os do passado, são modelos dos fiéis, pois o Cristo dos antepassados é o mesmo do presente. A Igreja deve obediência aos seus guias, aos que realmente cuidam das ovelhas como pastores reais e honestos (Hb 13. 7,8, 17). A submissão aos ungidos de Deus significa obediência ao próprio Deus que os instituiu e lhes deu o múnus gerencial sobre o rebanho. Não há sociedade sem líder; não pode existir rebanho sem pastor. O líder não é superior, espiritualmente falando, aos seus liderados, mas aquele a quem Deus destinou para ser condutor e instrutor de seus pares para a glória de Deus; jamais para benefícios pessoais quer sociais quer financeiros.

O Sacrifício falso e o verdadeiro – Hb 13.9-16.

O cristianismo herdou os simbolismos do velho pacto, mas, uma vez realizados no novo concerto em Cristo Jesus, não precisa mais deles como objetos de fé, especialmente no que se refere a animais puros e impuros, a comidas permitidas e não permitidas. No altar de Cristo não ministram os sacerdotes do tabernáculo; o tempo deles passou; o que era sombra, agora é realidade. Não somos justificados por sangue de animais, mas pelo sangue do Cordeiro de Deus. Ele suportou nossa cruz para que suportássemos a dele. O sacrifício de animais era antevivo ou antítipos do sacrifício de Cristo, que é suficiente e verdadeiro(Hb 13.9-13).

Assim como Israel caminhava em direção ao reino histórico do Messias, nós caminhamos com Jesus Cristo para o seu reino celeste, nossa cidade permanente (Hb 13.14). Na nossa peregrinação com e sob a liderança do Filho de Deus, não deixamos, em momento algum, de cultuar o divino Rei com louvor, adoração e ação de graças. Os israelitas, durante o Êxodo, aborreceram-se de Deus e o aborreceram, mas os cristãos devem marchar a marcha da fé com alegria, confiança e certeza de que a vitória final está garantida(cf Hb 13.15,16).

Recomendações finais – Hb 13.18-25.

A oração da Igreja por seus ministros. A Igreja é uma democracia representativa, não apenas uma comunidade de pessoas individualmente independentes, mas uma família, um corpo, uma congregação de servos, que são reunidos por Jesus Cristo, em torno dele, nele e para ouvi-lo, submeter-se ao seu comando e obedecê-lo. Porém, dentro do corpo eclesial, Cristo insere ministros especiais, os pastores, aos quais a Igreja deve respeito e acatamento e pelos quais tem o obrigação de orar constantemente (vs. 18,19). O obediência aos ministros e as orações da comunidade por eles são fatores fundamentais para a harmonia e crescimento da Igreja.

A oração do autor pela Igreja – Hb 13. 20-22). O autor, pela mediação do Deus da paz, que ressuscitou Jesus Cristo, Senhor dos redimidos e grande Pastor das ovelhas, intercede pelos destinatários, para que eles sejam abençoados, aperfeiçoados e capazes de cumprir a plena vontade do Redentor pela operação da vontade divina em cada eleito-servo por meio de Jesus Cristo, para que Deus sempre se agrade deles. Encerra sua intercessão com a doxologia: *Por Jesus Cristo, a quem seja glória para todo o sempre, Amém!*

Comunicação e saudação Hb 13.23-25.

O autor comunica que Timóteo foi libertado. Se for logo encontrar-se com o autor, ambos visitarão a Igreja destinatária. Em seguida ele pede que a comunidade estenda a saudação, em seu nome, a todos os guias e a todos os membros da Igreja. Os crentes procedentes da Itália⁵ também mandam saudações.

“A graça seja com todos vós”.

Questionário

- 1- **A hospitalidade, hoje, pode ser indiscriminada? Justifique sua resposta.**
- 2- **O matrimônio, em nossos dias, tem a honra que merece? Fundamente sua resposta.**
- 3- **Por que devemos nos lembrar dos guias de outrora? O que devemos a eles?**
- 4- **Você acha que os crentes atuais deixam-se envolver por doutrinas várias e estranhas? Dê sua opinião a respeito.**

CRISTOLOGIA DE HEBREUS - SÍNTESE CONCLUSIVA.

Cristocentrismo. Para o autor de Hebreus, Cristo é o sujeito, o alvo e o centro da revelação, da criação, da redenção e da providência, além de autor e consumidor da fé.

- 1- **A imensurável dimensão de Cristo:** superior aos anjos, a Abraão, a Moisés e a todos os sumos sacerdotes da ordem araônica.
- 2- **Cristo, centro das Escrituras.** Cristo, pelo Velho Testamento, gera o Novo, pois é ele o revelador de Deus. Não se compreende, portanto, a

⁵ - A expressão: “Os da Itália” deve significar: Os irmãos procedentes da Itália, que se encontram aqui. É pouquíssimo provável que o autor estivesse escrevendo da Itália.

realidade revelada em Cristo sem ter clara compreensão de seus arquétipos bíblicos: signos, símbolos, tipos, protótipos e imagens.

4- Em Cristo tudo se consuma. Tudo que era imagem e sombra do Messias prometido teve seu valor, objetivo e tempo. Cumprida, porém, a promessa, o que era figura antecipadora cessou definitivamente; permanecendo a lei, que é de caráter permanente, mas aprofundada e ampliada pelo Filho de Deus.

5- Cristo e a nova aliança. A velha aliança, dependente de seres humanos frágeis, não cumpriu o que a ela foi destinado cumprir. O Verbo encarnado, Deus conosco, cumpriu cabalmente todos os pressupostos cerimoniais, rituais e legais, implantando uma nova e definitiva aliança, cujo sinal está no céu, no Santo dos Santos – o tabernáculo eterno, onde Cristo ministra como Sumo Sacerdote.

6- Cristo – Sumo Sacerdote. Cristo é o Sumo Sacerdote perfeito e eterno, Intercessor e Mediador de seu povo, sendo, ao mesmo tempo, sacerdote e vítima. O tema: *Sacerdócio de Cristo* é recorrente na Carta aos Hebreus.

7- Apelo à fidelidade. O autor, finalmente, apela à obediência e à fidelidade aos primados da nova aliança e a Cristo, pois retornar à antiga aliança ou tentar misturar a velha ordem com a nova, não somente representa retrocesso, mas ato de incompreensão e até de indisciplina e rebeldia. Portanto, os servos de Cristo deveriam tomar todos os cuidados e precauções possíveis para não cair, como caíram os rebelados hebreus no deserto.

Onezio Figueiredo

OBRAS CONSULTADAS.

- 1- **Hebreus – João Calvino, Edições Paráclitos, 1ª Edição, 1997.**
- 2- **Hebrreus – Simon Kistemaker, Ed. Cultura Cristã, 1ª Edição, 2003.**
- 3- **Hebreos – William Barclay – vol. 13 de El Nuevo Testamento, Editora Aurora, 1ª Edição, 1975.**
- 4- **Epístola aos Hebreus – Richard S. Taylor, vol. 10 de Comentário Bíblico Beacon, 1ª Edição, 2006, CPAD.**
- 5- **A Epístola aos Hebreus – A. M. Stibbs em O Novo Comentário da Bíblia, vol. III, 2ª Edição, 1976.**
- 6- **Hebreus, Introdução e Comentário, Série Cultura Bíblica, Mundo Cristão, Edições Vida Nova, 1ª Edfição, 1991.**

- 7- **Epistola a Los Hebreos – L. Bonnet y A. Schroeder, em Comentario del Nuevo Testamento, Tomo 4, 3ª Edição, 1997.**
-